

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

ASPECTOS DA CHINA NO SÉC. XXI E O DESENVOLVIMENTO PACÍFICO

Vicente Sardenha Francisco

Prof.º. Dr.º Jose Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

VICENTE SARDENHA FRANCISCO

ASPECTOS DA CHINA NO SÉC. XXI E O
DESENVOLVIMENTO PACÍFICO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Rio Claro (SP)
2023

F81
9a

Francisco, Vicente Sardenha

Aspectos da china no séc. XXI e o desenvolvimento Pacifico
/ Vicente Sardenha Francisco. -- Rio Claro, 2023
60 p. : il., tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências
e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Jose Gilbelto de Souza

1. Contra-hegemonia. 2. Desenvolvimento economico. 3.
Multipolaridade. 4. Aspectos chineses. 5. Relações
internacionais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

VICENTE SARDENHA FRANCISCO

**ASPECTOS DA CHINA NO SÉC. XXI E O
DESENVOLVIMENTO PACÍFICO**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Profº. Drº. Jose Gilberto de Souza (Orientador)

Jaerle Rodrigues Campelo

Bianca Caroline Bortolin

Rio Claro, 16 de Outubro de 2023

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos e professores, com os quais convivi ao longo da graduação.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível mencionar todos os que, em maior ou menor grau, me ajudaram a realizar esse trabalho, porém, algumas pessoas há a necessidade de mencionar. Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Marcelo Francisco e Maria Aparecida, por serem pacientes com meu lento processo de amadurecimento, sempre me apoiando quando aos poucos comecei a decidir o que fazer na vida. Não vejo nenhuma chance de ter conseguido chegar aonde estou sem a interminável ajuda de ambos. Também agradeço ao meu irmão, Miguel Sardenha Francisco, por sempre fornecer ajuda em momentos de dúvidas e apoio moral durante esse processo.

Para além do meu grande amigo, **Maicon Alexander Iversen**, que além de sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis também teve papel indispensável na coleta de dados relacionados ao comércio externo chinês. Agradeço também a meu outro grande amigo **Vitor Roffato** que me ajudou na formatação deste trabalho. A minha queridíssima amiga **Luiza Aleoni** por sempre escutar minhas ansiedades e inseguranças em relação a todo o processo tanto desse trabalho como da própria vida.

Também agradeço ao meu professor **José Gilberto** por me orientar na escolha do tema, pela compreensão em relação a certos atrasos da minha parte e pela orientação durante o desenvolvimento do projeto. Além disso, agradeço a todos os amigos, familiares, colegas e professores que me acompanharam ao longo destes anos, de uma forma ou de outra. Jamais estaria onde estou sem vocês.

RESUMO

O presente artigo busca apresentar aspectos econômicos, sociais e militares da República Popular da China, tanto no âmbito interno quanto externo. O trabalho se limita à análise do século XXI, trazendo breves considerações sobre períodos anteriores. Ao mesmo tempo, procuraremos verificar a veracidade do discurso de desenvolvimento pacífico e ganho mútuo entre as nações propagado pelo governo chinês. Grande parte da mídia ocidental nos apresenta uma China diferente daquela que busca relações pacíficas, evidenciando a existência de uma contradição e possivelmente uma guerra de narrativas. Portanto, demonstraremos como as ações do gigante asiático servem como contrapeso à hegemonia ocidental, utilizando sua poderosa economia como motor principal dessas mudanças. Conceitos como *"hard power"* e *"soft power"* serão utilizados para melhor apresentar o desenvolvimento e a expansão chinesa nos últimos anos, assim como dados referentes às exportações chinesas nas últimas duas décadas. Por fim, concluímos com considerações sobre a expansão da RPC e se esta representa mais um perigo para os Estados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ou uma possível aliada diante da hegemonia vigente.

Palavras-chave: Contra-hegemonia. Desenvolvimento econômico. Multipolaridade. Aspectos chineses. Relações internacionais.

ABSTRACT

This article aims to present economic, social, and military aspects of the People's Republic of China, both domestically and externally. The work is limited to an analysis of the 21st century, offering brief considerations about earlier periods. Simultaneously, we will seek to verify the authenticity of the discourse on peaceful development and mutual gain among nations promoted by the Chinese government. Much of the Western media portrays a different China from the one seeking peaceful relations, highlighting the existence of a contradiction and possibly a narrative war. Therefore, we will demonstrate how the actions of the Asian giant serve as a counterbalance to Western hegemony, using its powerful economy as the primary engine of these changes. Concepts such as "hard power" and "soft power" will be used to better present Chinese development and expansion in recent years, along with data regarding Chinese exports over the last two decades. Finally, we conclude with considerations about the expansion of the PRC and whether it represents another threat to underdeveloped or developing states or a potential ally in the face of the current hegemony.

Keywords: Counter-hegemony. Economic development. Multipolarity. Chinese aspects. International relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR).....	30
Figura 2 - Mar do Sul da China.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço econômico das exportações chinesas de 2002 a 2022.....	51
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações chinesas de 2002 a 2012.....	41
Gráfico 2 - Exportações chinesas de 2013 a 2022.....	43
Gráfico 3 - Percentual da participação estadunidense de 2002 a 2022.....	44
Gráfico 4 - Exportações estadunidenses de 2002 a 2012.....	46
Gráfico 5 - Exportações estadunidenses de 2013 a 2022.....	48
Gráfico 3 - Percentual da participação chinesa de 2002 a 2022.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	<i>Asian Infrastructure Investment Bank</i>
BC	Banco Mundial
ELP	Exército de Libertação Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOFAC	Forum on China-Africa Cooperation
GCEE	Grandes Conglomerados Empresariais Estatais
IC	Instituto Confúcio
ICR	Iniciativa Cinturão e Rota
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCh	Partido Comunista Chinês
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TSMC	<i>Taiwan Semiconductor Manufacturing Company</i>
TVE	<i>Township and Village Enterprise</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviética
EUA	Estados Unidos da América
FSR	Fundos Soberanos de Riqueza
USMCA	<i>United States-Mexico-Canada Agreement</i>
OCX	Organização para Cooperação de Xangai

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1.....	18
1.1 PANORAMA CHINES PARA O SEC XXI.....	18
1.2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO CHINES NO SEC XXI.....	21
1.3 COMPORTAMENTO DO <i>SOFT POWER</i> CHINES NO SEC XXI.....	27
1.4 COMPORTAMENTO MILITAR CHINES NO SEC XXI.....	32
CAPÍTULO 2.....	41
2.1 EXPORTAÇÕES CHINESAS NO SÉCULO XXI.....	41
2.2 EXPORTAÇÕES ESTADUNIDENSES NO SÉCULO XXI.....	45
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

A hegemonia ocidental passa por um momento de crise, as contradições dos modelos econômicos e políticos impostos por Washington afloram em quase todos os países que o seguem. É nos apresentado novos condicionantes de forças internacionais no mundo e os países orientais se colocam como novos protagonistas desse processo. Nesse sentido, podemos observar como os países asiáticos passam a apresentar as maiores taxas de crescimento anual de suas economias nos últimos anos. Esses são possíveis sinais de que a balança de poder mundial está se movendo, e o principal agente desse movimento é a República Popular da China (RPC). Enquanto ocorre uma expressiva diminuição na produção e exportação dos países centrais, na Ásia, particularmente na China, ocorre o contrário, sendo a China o principal produtor e exportador mundial atualmente (SUGAHARA et al, 2021). A pandemia de Covid-19 demonstra bem a significância da China na produção e exportação de produtos farmacêuticos, por exemplo. Até mesmo antes da pandemia os chineses já se colocavam como um dos principais exportadores de produtos do tipo, em especial aos Estados Unidos. Outro fator condicionante relacionado aos produtos farmacêuticos chineses é que os mesmos vêm substituindo os produtos estadunidenses, em particular na Europa. (SOUZA, GUIMARÃES, 2021). Durante os anos de 2010 e 2019 houve uma queda significativa nas exportações e importações estadunidenses, Souza e Guimarães (2021, p. 4) ao analisarem o comportamento de princípios ativos e produtos e equipamentos de saúde no período da pandemia salientam que: “[...] a China reduziu a participação dos Estados Unidos de 19% para 16%, e de 8,9% para 5,9%, respectivamente, no período em análise. Este processo se estabelecerá de uma forma mais geral nas relações comerciais desses países como um elemento importante da estratégia multipolar chinesa.

Há uma expressiva expansão do comércio chinês fora do continente asiático, se aproximando de países não alinhados ao Ocidente ou até mesmo de aliados. A evolução da montadora de produtos baratos para potência tecnológica diz muito sobre a expansão geopolítica chinesa, sabendo que essas tecnologias estão na vanguarda da questão. Os Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) têm grande importância na ascensão chinesa também. O primeiro FSR chinês foi criado em 2007 avaliado em 200 bilhões de dólares e saltou para 482 bilhões de dólares em 2012 (SUGAHARA,DE SOUZA, 2023).

Um fator de grande importância é a recuperação econômica da Rússia nos anos 2000. Após o fim da URSS a recém formada Federação Russa entra em crise econômica massiva, algo que só vem se amenizando após Vladimir Putin assumir o comando do país no ano de 2000. Por questões próprias, a estratégia russa de crescimento conta com alianças no âmbito regional, ou seja, Europa e Ásia. Em relação aos chineses se encontra certas divergências com os russos, no entanto o governo russo e chinês mantém boas relações. A aproximação econômica entre ambos tem relação direta com o desenvolvimento da RPC, ambas nações mostram interesse em romper com o sistema-mundo atual (SOUZA; CAMARGO, 2019). Possivelmente esse interesse em alterar a dinâmica global e conseqüentemente a hegemonia ocidental é o que une de fato as duas nações como pela entrada da Federação Russa na Organização para Cooperação de Xangai. Essa organização atua em diversos campos (político, econômico e bélico) , no entanto sua principal ênfase é a segurança, algo que tanto os chineses quanto os russos prezam fortemente. Um lado pertinente de se observar também é que o governo russo apresenta estratégias parecidas com as dos chineses, buscando relações mais harmoniosas possíveis. Essa relação diz respeito aos países que se encontram no *Heartland* principalmente, mas pode ir além da própria Eurásia. Ainda segundo Souza e Camargo (2019, p. 156-156).

As entidades supranacionais, que a Rússia constituiu com os outros países da Eurásia, ganham uma perspectiva maior do que mero instrumento de consolidação da Heartland. Há uma dimensão geopolítica ligada com a própria organização da Ordem Política Mundial, a Multipolaridade. Putin prioriza a construção de diálogo por intermédio do multilateralismo [...] Esse projeto e estratégia russa da Multipolaridade, além de auxiliar a promoção da unidade da Heartland, facilita a construção de relações favoráveis e de alianças econômicas e militares.

O crescente investimento no setor militar, a expansão ao sul do Mar da China e as crescentes tensões em Taiwan apresentam um cenário com futuro incerto. Ao mesmo tempo, encontra-se na China uma nova formação econômica que até o momento se apresenta muito eficiente. Esse crescimento em tão pouco tempo é outro fator de destaque para a economia chinesa e será mais debatido no capítulo 1.

Este trabalho se propõe a fazer uma análise dos aspectos chineses durante o século XXI, na tentativa de apresentar ao leitor como a RPC se posiciona nas relações internacionais. Procuraremos verificar se há veracidade no discurso chinês

sobre a busca de relações harmônicas e ganho mútuo entre as nações. Para isso, analisaremos os principais aspectos internos e externos da República Popular da China durante o século XXI. Utilizaremos o conceito de *soft power* para descrever questões no âmbito social, cultural e histórico, e como esses aspectos são usados para melhorar a imagem da RPC no exterior. O conceito de *hard power* será utilizado para apresentar as ações no âmbito militar dos chineses, destacando ações controversas realizadas pela Marinha do Exército de Libertação Popular. O conceito tem relação direta com a modernização tecnológica vivida no país, como iremos apresentar mais adiante. Em relação à economia, apresentaremos como os chineses utilizam sua economia como o principal motor do desenvolvimento interno e externo. Será possível encontrar ações de *hard power* e *soft power* dentro das estratégias econômicas chinesas, evidenciando a importância da economia. Apresentaremos brevemente a complexa e inovadora economia chinesa, uma economia que, segundo Jabbour, Gabriele (2021), se trata de uma nova formação econômica. A criação dos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE) nos mostra uma forma de planejamento produtivo nunca vista antes. Empresas como essas, entre outras formas de produção não capitalistas, mas orientadas para o mercado, têm grande importância nesse processo.

No capítulo 2, mostraremos dados referentes às exportações chinesas nos últimos vinte anos, apresentando certos fatos relacionados aos principais importadores chineses. No caso da Coreia do Sul e do Japão é interessante notar a relação entre a abertura econômica chinesa a investidores estadunidenses e o reconhecimento da RPC como a China verdadeira, em contraposição a Taiwan. Assim que os EUA mudaram sua postura em relação à China, os dois tigres asiáticos também tiveram que mudar suas diretrizes. No entanto, como veremos mais adiante, essa mudança brusca na geopolítica local serviu bem aos dois tigres asiáticos, mas muito mais à própria RPC.

Concluiremos com breves considerações sobre o expansionismo chinês. Não é raro encontrar notícias e matérias jornalísticas atacando a maneira como o PCCh conduz suas políticas. Ao mesmo tempo, encontramos índices impressionantes relacionados ao desenvolvimento humano, tecnológico e muito mais. Daí a necessidade de debater o caso chinês, buscando compreender o que está por trás das ações chinesas, muitas vezes mal interpretadas devido ao prisma ocidental que temos. Saliento que o trabalho a seguir apresenta apenas breves considerações, sem

mencionar toda a complexa história que a RPC passou desde sua fundação em 1949. Ou seja, o estudo a seguir serve como uma introdução às questões chinesas durante o recente século XXI e não uma análise definitiva.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi feita uma breve revisão bibliográfica sobre a República Popular da China após a revolução de 1949. A revisão voltou-se para os aspectos diplomáticos e econômicos, com foco em Mao Zedong e Deng Xiaoping. Além dos artigos, a revisão contou com vídeo-aulas do professor Elias Jabbour disponíveis no YouTube. Adentrando ao século XXI, as análises e leituras foram mais específicas, focando principalmente em três aspectos, divididos no capítulo 1, a saber: i) comportamento econômico, ii) comportamento do *soft power*, iii) comportamento do *hard power*. O capítulo 1 foi dividido dessa maneira para que o leitor tenha uma melhor compreensão de como a RPC vem expandindo sua economia em diversos âmbitos, mantendo sua soberania cada vez mais forte.

Para o mesmo, estudou-se o conceito de *soft power*, *hard power* e como países utilizam essas ferramentas para exercer influência. Conceitos como hegemonia, contra-hegemonia, multipolaridade e policentralidade foram revisados também, buscando exemplos ocidentais e orientais. Essas questões ajudaram a mostrar como as estratégias econômicas, militares e políticas, entre outras, que o governo chinês vem tomando servem como contra-hegemonia estadunidense. Ao mesmo tempo, garantem os interesses econômicos nacionais, impulsionando o crescimento constantemente. Devido à enorme necessidade de compreender como um dos países mais pobres do mundo se tornou a segunda maior economia do mundo, foi efetuada leitura e fichamento do livro "China: O socialismo do século XXI", dos autores Elias Jabbour e Alberto Gabriele (2021).

Para o capítulo 2 foram extraídos dados no site *International Trade Centre* (ITC) referentes às exportações chinesas e estadunidenses entre os anos de 2002 e 2022. A escrita desse capítulo acompanhou uma análise dos dados e uma breve apresentação dos fatores históricos envolvendo as principais parcerias econômicas. Por fim, na conclusão do trabalho, exponho as considerações sobre o tema.

A escolha do tema remete a incerteza em relação ao futuro das relações internacionais chinesas e do mundo. Há uma emergência em compreender o gigante asiático. Essa emergência diz respeito principalmente à sua formação econômica, que, além de inovadora, se mostra extremamente eficiente. Nota-se facilmente um

discurso anti-China muito forte; em contrapartida, encontram-se diversos apoiadores das iniciativas chinesas e do próprio socialismo de mercado chinês.

CAPÍTULO 1

1.1 PANORAMA CHINES PARA O SÉC XXI

A China já é conhecida como uma das grandes potências mundiais, rivalizando com os Estados Unidos em vários aspectos, principalmente econômicos. Pretende-se apresentar elementos que demonstram como a China não só se coloca como potência no cenário mundial, mas também como uma alternativa à até então hegemonia estadunidense, embora a posição chinesa no cenário internacional seja de consolidação de uma estrutura multipolar e ou policêntrica de poder. Para isso, faremos uma breve revisão histórica da China após 1949. Não é função desse trabalho analisar como a Revolução de 1949 ou as reformas iniciadas por Deng Xiaoping mudaram o rumo da história chinesa, mas faremos um breve panorama para melhor adentrarmos ao século XXI. Esse panorama vem para ajudar o leitor a compreender como a República Popular da China saiu de uma das nações mais pobres do mundo para se tornar uma das nações mais significativas na geopolítica atual.

Segundo Júnior (2013), após a revolução de 1949, podemos entender a China em dois grandes períodos: o primeiro liderado por Mao Zedong e o segundo por Deng Xiaoping. O primeiro é marcado inicialmente por uma grande aproximação da URSS, seguida do isolamento, já que a própria URSS começa a ameaçar a soberania do socialismo chinês. Nesse período, o governo chinês teve que se reestruturar diplomaticamente, pois sabia que, em uma luta armada, teria grande desvantagem.

Nesse sentido, os chineses buscaram reformular sua diplomacia utilizando os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, todos baseados nos escritos do filósofo Confúcio. A partir dessas diretrizes no campo diplomático, foi possível uma maior aproximação com os EUA ao final de 1970, algo que se intensificou com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder. Durante esse período de reformas, a China viveu seu apogeu, com quase todos os índices de desenvolvimento crescendo constantemente, segundo Nonnenberg (2010, p. 201).

Neste período, o PIB apresentou um crescimento real médio anual de 10% que se compara com uma taxa de 3,7% para o período 1960-1977, ao mesmo tempo em que a inflação, na média, foi de 6% ao ano. Esse crescimento foi um dos fatores por trás da gigantesca redução da pobreza. Segundo o PNUD, apenas entre 1990 e 2002, o número de chineses com rendimento abaixo de US \$1,00/dia caiu de 490 milhões para 88 milhões. O PIB per capita (PPP) cresceu quase dez vezes entre 1978 e 2004, de acordo com o Center for International Comparisons of Production, Income and Prices, da Universidade

da Pennsylvania. De acordo com dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China passou de 0,53 em 1975 para 0,78 em 2006. O grau de urbanização também foi impressionante. A população urbana, que representava cerca de 18% do total em 1978, passou a quase 44% em 2006 (NONNENBERG, 2010, p. 201).

Esse apogeu foi possível também graças às enormes quantidades de capital estrangeiro que o país recebia, já que para além dos incentivos locais criados pelo governo, os incentivos ao capital estrangeiro também eram intensos. As grandes empresas internacionais, principalmente estadunidenses, também recebiam grandes incentivos para se alocar no país asiático. Mesmo com a entrada massiva de capital estrangeiro, conseqüentemente os interesses estrangeiros, o governo conseguiu manter seus interesses acima do mercado, fato que analisaremos melhor ao decorrer do trabalho.

Próximo ao final do mandato de Deng, as tensões diplomáticas se intensificam, principalmente devido à iminente queda do bloco soviético e aos confrontos ocorridos na Praça Celestial em 1989. Com a intenção de lidar com essas tensões e criar uma direção para as próximas gestões do partido, Deng faz a declaração de 12 a 24 caracteres. Resumidamente, trata-se de ter orientação paciente e sutil, buscando relações harmoniosas com outras nações rumo ao desenvolvimento mútuo

Os líderes que vieram após seguiram mais ou menos essas diretrizes, não se diferenciando muito do modelo de Deng, continuando o desenvolvimento do país de forma interna e externa. Atualmente, o líder do partido, Xi Jinping, se diferencia um pouco dos anteriores. Sendo uma figura muito mais pública do que os outros líderes, Xi demonstra querer fazer da China a próxima potência mundial, e não somente uma potência regional.

Estas imagens visam revelar uma aproximação do líder ao seu povo, há muito descontente com os crescentes desequilíbrios sociais, com a poluição, a especulação imobiliária, a corrupção endêmica e os abusos de poder, entre outros fatores. Xi trouxe um novo slogan para os seus discursos, “o sonho da China” (Zhongguo meng), que pretende recuperar a memória coletiva do povo chinês, implicando também um “novo tipo de relações com as grandes potências”, o que tem levantado muita especulação (SILVA, 2014, p. 62).

Xi Jinping de fato se propõe a ser um líder muito mais ambicioso e determinado com o socialismo chinês. Diversas questões vêm mudando desde que assumiu o cargo de presidente. Muitas dessas mudanças foram iniciadas antes de Xi se tornar presidente, tendo muitas outras ocorrido durante sua gestão.

Nos próximos subitens, apresentarei aspectos internos e externos chineses com o intuito de demonstrar como a China se propõe a ser uma nova formação econômica e uma alternativa à hegemonia ocidental existente. Todavia, é importante salientar que a China não busca hegemonia completa no sistema internacional como os EUA. Ao contrário, o que aparentemente vêm ocorrendo é uma busca por relações internacionais multilaterais, principalmente advindo da parceria sino russa.

Após a Guerra do Iraque (2003-2011) o unilateralismo estadunidense vem se enfraquecendo, um indicativo desse fenômeno é a influência chinesa e principalmente russa na guerra civil da Síria. Houve uma “queda de braço” indireta entre os EUA e a Federação Russa nesse conflito e não somente os interesses russo prevaleceram, mas também os mesmos conseguiram vetar uma ação militar direta dos Estados Unidos na região. Essa intervenção aconteceria por conta de um ataque com armas químicas feito pelo governo de Bashar Al-Assad que atingiu civis. No entanto, antes de qualquer ação direta, Vladimir Putin convenceu o governo sirio a entregar as armas químicas a uma comissão das Nações Unidas evitando a intervenção estadunidense (OLIVEIRA, BRITO FRANCO, 2016). Este é apenas um fator que demonstra a queda da hegemonia completa estadunidense, no entanto o interessante é observar como após esse momento, Rússia e China ampliam drasticamente as relações entre si e com o resto do mundo, apresentando-nos a intencionalidade de quebrar com o sistema mundo atual liderado pelo hegemonia EUA-Occidente. Como já brevemente mencionado na introdução, a Federação Russa demonstra interesse em se ter relações mais harmoniosas com seu entorno (porém os mesmos não negam a utilização da força para garantirem seus interesses) e como veremos no decorrer do trabalho, os chineses buscam a mesma coisa. Um dos fatores que demonstra esse movimento são as decisões em conjunto que esses países vêm tomando, principalmente a República Popular da China. É possível perceber que as ações que esses países vêm tomando nas últimas duas décadas servem para garantir diferentes pólos de poder no mundo, assim evitando que somente os interesses ocidentais prevaleçam. O caso sirio nos apresenta isso, o principal interesse em manter Bashar Al-Assad no poder na Síria era exatamente para frear a influência ocidental e manter a balança de poder equilibrada na região. Pode-se encontrar ações controversas desses países, principalmente a Rússia no entanto segundo as palavras de Oliveira e Brito Franco (2016, p. 13) a união sino russa busca: “[...] na atualidade, da criação de um sistema multipolar que diminua a influência norte-americana no mundo e, que crie

maior possibilidade de outros países tomarem decisões em assuntos diversos ao redor do globo.” (2016, p. 13).

1.2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO CHINES NO SEC XXI

No âmbito da economia, todas as principais mudanças foram iniciadas com as reformas de 1978. Desenvolvem-se empresas não capitalistas orientadas para o mercado, como as conhecidas *Township and Village Enterprises* (TVE) e, atualmente, os grandes conglomerados empresariais estatais (GCEE). Essas novas formas de produção vêm com a intenção de competir no mercado capitalista internacional, mantendo, no entanto, a soberania e os interesses do país, ou seja, expandir a economia utilizando certas privatizações orientadas para os interesses do Estado. Sobre as TVEs, podemos ver a relação entre a orientação do Estado e o lucro/produktividade das novas formas de empresa, conforme Masiero:

O novo clima econômico com o aumento e flexibilização de oportunidades lucrativas propiciou o florescimento de um dinamismo econômico sem precedentes na história chinesa recente. Grupos de famílias, denominados de unidades econômicas rurais, vivendo nos towns e nas villages, estabeleceram pequenas fábricas de insumos agrícolas e empreendimentos comerciais relacionados, além de inúmeros negócios [...] desde o início dos anos 80, foram desenvolvidos em parceria com outras empresas situadas em centros urbanos para quem as TVEs se tornaram as principais fornecedoras de bens e serviços ou consumidoras de insumos. [...] A terra continua sendo propriedade dos townships e villages que determinam os termos financeiros dos contratos e o tipo de produtos e quantidades mínimas de produção. Embora muitas características desse novo ambiente econômico pareçam estar orientadas para a busca e maximização de lucros, as TVEs têm desempenhado outro papel fundamental. Elas são também responsáveis pelos serviços públicos de saúde, educação, abastecimento de energia, sistemas de irrigação etc (MASIERO, 2006, p. 431)..

Como visto, mesmo com as liberalizações no mercado chinês, o Estado não deixou de garantir os interesses públicos, em detrimento da crescente especulação imobiliária, do acúmulo de riquezas por parte do setor privado e das crescentes dissidências econômicas no partido. A garantia dos interesses públicos em meio a esse cenário hostil demonstra o quão determinados foram os agentes estatais em manter a soberania econômica do país, determinação que hoje se materializa nos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE).

O caso dos GCEE pode ser o mais curioso, já que eles não servem necessariamente como produtores, mas sim como orientadores da produção e circulação de bens, bem como de matérias-primas e insumos de diversas categorias.

A criação desses grandes conglomerados faz parte da estratégia de soberania econômica chinesa, que passa pela criação do sistema financeiro público, que, segundo Jabbour e Gabriele:

[...] o sistema financeiro público é o principal instrumento de superação da contradição entre poupança e investimento sob o capitalismo, superação esta que garante a utilização plena de recursos disponíveis, presentes e futuros, garantido condições ao pleno emprego de mão de obra (JABBOUR, GABRIELE, 2021, p. 197).

Dessa maneira, o governo chinês consegue ter amplo controle sobre as riquezas geradas no país, seja no âmbito público ou privado. Grande parte dessa riqueza gerada é utilizada para o desenvolvimento do país em áreas internas e externas, tanto públicas quanto privadas. É importante lembrar que grande parte desses investimentos vem na forma de socialização do investimento, por meio de políticas governamentais que visam direcionar capital para setores prioritários, impulsionando os mercados. Os grandes investimentos em obras de infraestrutura nacional também se enquadram na socialização do investimento, já que geram uma alta demanda por mão de obra qualificada e garantem maior fluidez de pessoas e mercadorias após sua conclusão. Um ótimo exemplo desse tipo de socialização do investimento é o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste (1999), lançado após a crise asiática de 1997. Esse programa consistiu em um enorme investimento em infraestrutura em energias e transporte, trazendo grande desenvolvimento para o Oeste chinês. Dentre as possibilidades para tal investimento, está uma taxa de juros atraente, principalmente para investidores nacionais (JABBOUR, 2006).

Sobre aspectos externos da economia chinesa no século XXI, podemos ver como a China vem tomando a iniciativa de expandir seus ativos com base em certos fatores. A recente retomada do BRICS, protagonizada pela China, representa parte dessa expansão, utilizando o bloco para atrair novos aliados ou intensificar as relações com os já existentes. Essas iniciativas também simbolizam uma alternativa aos blocos econômicos ocidentais, atraindo principalmente países que não mantêm boas relações com o Ocidente. Talvez esta seja uma das ações mais contra hegemônicas que o PCCh vem tomando, já que, quanto mais uma potência investe em uma nação, mais prestígio essa potência adquire. Devemos lembrar a escolha de Xangai como sede do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, além da escolha

do ex-presidente do Banco de Desenvolvimento Chinês, Chen Yuan, para liderar a construção do desenho do banco (BORGES et al, 2021).

Outra questão muito relevante na economia externa chinesa é a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) ou a Nova Rota da Seda. Esse mega projeto reflete-se tanto em aspectos econômicos quanto em questões relacionadas a *soft power* e *hard power*, que serão mais explorados adiante. Essa iniciativa apresenta-se como o maior projeto de infraestrutura chinês e talvez de toda a humanidade. O projeto refere-se à antiga rota da seda utilizada antigamente pelos povos europeus, asiáticos e africanos, e tem como objetivo conectar esses mesmos povos por meio terrestre e marítimo.

Dentre os interesses chineses no desenvolvimento desse projeto está a urgência da China em utilizar o capital acumulado nos últimos anos, algo enfatizado com a crise bancária de 2008. Como o país acumula muita experiência na área de construções, viu-se aí uma oportunidade de exportar essas capacidades adquiridas nas últimas décadas também. Além disso, a China vem demandando cada vez mais produtos primários ou commodities, devido à crescente taxa de consumo da população. Assim, o governo chinês se compromete a comprar grandes quantidades dessas commodities por um preço pré-definido em troca da construção dessas grandes obras de infraestrutura (FARIA, 2008).

Porém, existem críticas a esses investimentos, já que certas regiões menos favorecidas economicamente do país necessitavam desses recursos, além da relutância em competir de forma tão ativa com o Ocidente. A proposta ganhou mais popularidade após programas governamentais voltados para a melhora da opinião pública em torno desse projeto. Entre as narrativas chinesas, há a ideia de que esse projeto não se trata de um Plano Marshall, mas sim de um projeto voltado para os ideais chineses. Foi aceita de fato quando o governo integrou parcela da população a esses investimentos; agora essas pessoas poderiam investir também nesse projeto, inclusive com certas garantias governamentais. A exportação desses grandes projetos de infraestrutura, porém, já vinha acontecendo antes da aprovação definitiva da ICR, sendo a grande maioria iniciada ainda na gestão de Hu Jintao, principalmente no continente africano (JUNQUEIRA et al, 2021).

Dentre esses mega investimentos em infraestruturas, podemos analisar brevemente alguns casos no continente africano. Em 2006, ocorreu o até então maior encontro internacional de chefes de Estados em Pequim, a segunda sessão plenária do Fórum on China-Africa Cooperation (FOFAC). Segundo Faria

Durante o encontro, o presidente Hu Jintao prometeu créditos e empréstimos de longo prazo aos países africanos, na importância de US\$5 bilhões e afirmou que até 2009 a China dobrará sua ajuda. Em outra frente, o governo chinês comprometeu-se em formar quinze mil profissionais africanos, isentar de tarifas algumas importações da África e estabelecer cinco zonas de livre comércio. Além disso, algumas empresas chinesas assinaram acordos com onze países africanos, prevendo investimentos de US\$1,9 bilhão nos setores de telecomunicações e equipamentos tecnológicos, infraestrutura, matérias primas, bancários e de seguros (FARIA, 2008, p. 77).

O interessante é notar o modo como a China vem atuando no território africano, visto que até então os problemas do continente eram considerados quase impossíveis de resolver pelo Ocidente. A lógica predominante na maior parte do continente era o desenvolvimento por meio de instituições e organizações ocidentais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio de empréstimos financeiros. Esses empréstimos nunca vinham sozinhos; eles carregavam enormes juros, bem como certas responsabilidades a serem cumpridas, tanto para a obtenção do empréstimo quanto para a forma de utilização do mesmo. Muitas vezes, esses investimentos não eram direcionados para áreas estratégicas do país, voltando-se para interesses privados ou corrupção. Essa dinâmica resultou em consequências negativas para os países, pois não promovia o desenvolvimento de suas cadeias produtivas e acumulava juros elevados no saldo do empréstimo. Por outro lado, a China vem fazendo grandes investimentos no continente, como apresentado acima, e a maior parte desses investimentos está na infraestrutura, algo que influencia positivamente diretamente os cidadãos e a nação como um todo (FARIA, 2008).

Entretanto, não podemos ignorar as questões negativas que a China traz ao continente africano, como a chegada de centenas de trabalhadores chineses para ocupar os cargos nas grandes construções. De acordo com a Terceira Conferência Nacional de Política Externa e Política Interna ocorrida em dezembro de 2008, apresentou dados estimando que pelo menos 80 mil trabalhadores chineses vivem no continente. Isso ocorre principalmente devido à falta de mão de obra qualificada nos países, segundo o governo chinês.

Outra crítica feita é que uma parcela considerável desses trabalhadores chineses enviam grande parte de seu salário para suas famílias, retirando essa moeda que teoricamente deveria circular no país africano. No entanto, as principais divergências entre os governos africanos e o chinês advêm do setor de comércio. Nas

negociações de exploração e/ou exportação entre esses países, existe a oportunidade de empresas chinesas se instalarem em território africano para comercializar seus produtos. Os principais afetados são os pequenos e médios comerciantes que não conseguem competir com os preços dos produtos chineses e acabam falindo. Em certo momento, essas questões inflamaram tanto na África do Sul que o até então presidente sul-africano Thabo Mbeki disse que a China estava tomando posições imperialistas em relação ao continente africano (FARIAS, 2008).

O PCCh demonstra intenção de tornar sua economia cada vez mais influente em todo o mundo. Isso passa pela questão das novas tecnologias de ponta, relacionadas à 4ª Revolução Industrial. A China vem adotando práticas que demonstram interesse em se tornar protagonista na questão tecnológica. O país já é o principal concorrente das maiores empresas de tecnologia no mercado de dados e telecomunicações. Um dos principais fatores para isso foi o desenvolvimento de tecnologias 5G, principalmente pela Huawei. Segundo Jürgensen e Mello (2020, p. 430), a Huawei: *“Compete e supera muitas empresas tradicionais no setor, como Ericsson e Nokia”*. O país investiu pesadamente nesses setores nos últimos anos, especialmente na empresa Huawei, que entre 2009 e 2018 quintuplicou sua receita, graças ao governo que investe pesadamente nesse ramo. Somente as empresas Oppo, Xiaomi e Huawei têm, em média, 32,7% do mercado de smartphones no mundo, um número extremamente expressivo para somente três empresas chinesas.

Outro fator mais recente porém de extrema importância para a economia chinesa são os Fundos Soberanos de Riqueza (FSR), na realidade esses fundos são muito importantes para vários países asiáticos. Hoje os países asiáticos configuram os maiores FSR do planeta e esse crescimento é relativamente recente. Como aponta Sugahara e Souza (2023) em 1996 somente 17% dos FSR se encontravam na Ásia para em 2006 saltarem para 54%, em somente 10 anos a Ásia não apenas mais que duplicou seus fundos mas ultrapassaram todas as nações desenvolvidas. Essa evidência expõe que o crescimento chinês acompanha outros países asiáticos, no entanto quem aparenta ter as maiores ambições sobre esses fundos é a RPC. Grande parte desses fundos são utilizados para investimentos externos, como na atualidade a ICR. Entretanto o poder que esses fundos vêm adquirindo começa a levantar controvérsias sobre a utilização dos mesmos. Ainda em Sugahara e Souza (2023, p. 15)

O receio de que tais investimentos possam ter motivações geopolíticas pode ser exemplificado. Durante a crise de 2007, o Citigroup, o principal banco comercial dos Estados Unidos, teve que vender uma parte significativa de suas ações para o FSR Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, conforme relatado pela OECD em 2008. Ainda no mesmo período, o Temasek Holdings de Singapura adquiriu 2,1% das ações do banco Barclays, no valor de 975 milhões de libras, e 8,3% das ações da China Eastern Air, no valor de US\$ 315 milhões de dólares [...] A China também fez uma aquisição significativa ao adquirir uma parcela majoritária do grupo americano Blackstone, um dos maiores empregadores dos EUA, embora o valor do investimento não tenha sido divulgado ao público.

Todos esses receios demonstram a preocupação que os países desenvolvidos têm em relação ao poder econômico asiático, em particular a China. Não à toa diversas outras economias nacionais vêm desenvolvendo seus FSR, um movimento que vai contra os princípios econômicos ocidentais da atualidade, o neoliberalismo.

Sobre a economia chinesa, é evidente que ela mantém a soberania, ao mesmo tempo que a expande, conseqüentemente servindo como ator na contra-hegemonia econômica ocidental. Mesmo que não tenha o poder de impor sanções como os EUA e o Ocidente, seu poder de persuadir aliados e oponentes ocidentais a partir da economia vem mudando a ordem mundial.

1.3 COMPORTAMENTO DO SOFT POWER CHINES NO SEC XXI

Antes de falarmos sobre os aspectos chineses relacionados ao *soft power* precisamos elucidar do que se trata. *Soft power* é o nome dado a ferramenta de poder de “sedução” segundo o cientista político Joseph Nye (MARTINELLI, 2016). Sedução no sentido de fazer que outra nação queira ser igual a sua, um exemplo disso é o “*American way of life.*” dos Estados Unidos, disseminado principalmente por Hollywood. Todavia esse é apenas um exemplo dentre milhares, o *soft power* é um tipo de poder intangível e de difícil análise ou definição. Essa ferramenta de poder não se encontra apenas na esfera estatal de poder, podendo ser utilizada por outros tipos de organização como Hollywood ou ONGs. A utilização do *soft power* segundo Nye necessita de

[...] uma articulação sedutora de poder, ele coopta as pessoas a quererem ser iguais ao invés de obrigá-las a tal. O Soft Power tem a sua principal característica de acordo com conceitos ideais e culturais mais próximos com o que prevalece como uma norma global (NYE, 2002, apud MARTINELLI, 2016, p.70).

Esses conceitos e ideias podem variar de região a região e de tempos em tempos, por isso mesmo a análise das ferramentas de *soft power* chinês demanda um prisma próprio. Apresentarei algumas das estratégias chinesas na utilização do *soft power*, porém antes é necessário uma breve apresentação de certas concepções da sociedade chinesa em particular relacionado a cultura e história. Todavia nosso entendimento em relação ao *soft power* chinês ou de qualquer país oriental pode ser muito abstrato, necessitando um distanciamento de certas concepções ocidentais.

Dentro da concepção de sociedade na população chinesa, existem diferentes tradições que convivem no espectro social. Dentre essas tradições, podemos citar o Confucionismo, talvez o espectro social mais referenciado pelo governo. Como já apresentado anteriormente, as ideias de Confúcio estão presentes na política externa chinesa, tanto para trazer uma forma propriamente chinesa para essas questões como pela popularidade que Confúcio tem na sociedade. Essa popularidade não vem necessariamente por uma paixão à figura em si de Confúcio, mas por fazer parte da sociedade chinesa desde muito antes da revolução. Inclusive, é importante salientar que o viés confuciano foi criminalizado no período pós-revolução, já que era a ideologia utilizada pelas antigas elites para se manter no poder. Porém, como atestado na prática, não foi possível apagar ou ocultar essa visão de mundo e valores da sociedade chinesa (BECKER, 2021).

Existe também a concepção de tradicionalismo chinês, uma espécie de conservadorismo com aspectos históricos dos próprios chineses. Portanto, não deve ser interpretado como os movimentos conservadores ocidentais. O respeito às autoridades ou líderes é algo fundamental nessas perspectivas. Para alguns, isso é utilizado como forma de justificar o “autoritarismo” do PCCh (Partido Comunista Chinês), enquanto para outros, serve como uma forma de manter o crescimento nacional a partir da união nacional no governo (BECKER, 2021).

O fato é que esses valores servem como uma forma de criar união nacional envolvendo as camadas populares de diferentes regiões do país. Isso é possível, em parte, graças à história milenar chinesa, que consegue integrar questões de diferentes momentos históricos em uma única nação. Essas questões mostram a necessidade que o governo chinês tem de intensificar o sentimento nacionalista na nação, relacionando a unidade popular no partido ou líder (BECKER, 2021).

Falaremos um pouco sobre como funciona o processo político no país para que o leitor tenha uma breve noção do mesmo. Ouve-se muito que a China é um país

autoritário que controla o processo político, entre outras manipulações. Porém, o que poucos sabem é que dentro do PCCh existem muitas divergências políticas, existindo até mesmo 'facções' com diferentes opiniões. O PCCh é o maior partido político do mundo, e pessoas de diferentes partes do país estão inseridas na organização. Portanto, é normal que haja desentendimentos, até mesmo com o líder do partido. O sistema político chinês pode ser entendido dividido em cinco agências que funcionam como pilares do governo, bem resumido na citação a seguir:

são elas: i) o partido; ii) o governo (congresso e judiciário); iii) os militares; iv) a frente unida; e, v) as organizações em massa. O primeiro é formado pelo Politburo (birô político), autoridade suprema da China, com sete membros. Além disso, formam o primeiro pilar: o Comitê Central, com 125 membros, o Congresso do Partido, com mais de 2000 membros e as Secretarias Provinciais do PCCh. O segundo pilar, o governo, é formado pelo Conselho de Estado, com 10 membros, o Congresso Nacional do Povo com aproximadamente 3000 membros e os governantes provinciais. O terceiro pilar, isto é, militares, é composto pela Comissão Militar Central (CMC), o mais poderoso corpo militar da China, formado por 10 membros, assim como pelo Exército de Libertação Nacional (PLA) e pelas Forças Armadas do Povo. O quarto pilar é composto por duas sub agências, a Frente Unida do Departamento do Trabalho e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. O quinto pilar, organizações em massa, é formado pela Liga da Juventude Comunista, sindicalista e federação das mulheres (SILVA, 2018, p.85).

Essas características do processo político chinês evidenciam que muitas vezes as análises feitas que indicam um país extremamente autoritário são equivocadas. Mesmo com seus problemas, a China é um país que conta com participação popular na sua gestão, além de existir discordâncias dentro do partido. Isso não significa dizer que o sistema político chinês está isento de falhas ou certas manipulações, dentre as críticas existe a ao atual presidente Xi Jinping que nos últimos anos vem sendo criticado pelo o acúmulo de poder que ganhou. No dia 11 de março de 2018, mais especificamente na 13ª Assembleia Nacional Popular do PCCh foi aprovada uma emenda Constitucional em que removeu o limite de mandatos presidenciais. Esta emenda deu ao presidente Xi Jinping a possibilidade de se manter no poder por mais de 10 anos e foi duramente criticada na mídia ocidental. Entretanto Xi Jinping também é conhecido pelo seu carisma com o povo chinês sendo muito elogiado por certas camadas da sociedade, principalmente pelo seu combate à corrupção dentro do partido (SILVA, 2014).

Dentre os aspectos que agrada certa parcela da população chinesa está a recente luta travada entre Xi e os bilionários chineses, expressada no 10º encontro do

Comitê Central de Assuntos Econômicos e Financeiros do Partido Comunista da China. Nesse encontro debateu-se a necessidade de regulamentar as rendas excessivamente altas e formas de encorajar as grandes empresas a darem maior retorno à sociedade. Para alguns, esses fatores indicam um governo autoritário, enquanto para outros demonstra como o líder atual está determinado com as questões políticas de seu país, não se rebaixando perante os interesses do mercado e do imperialismo, segundo Cunha e Haines

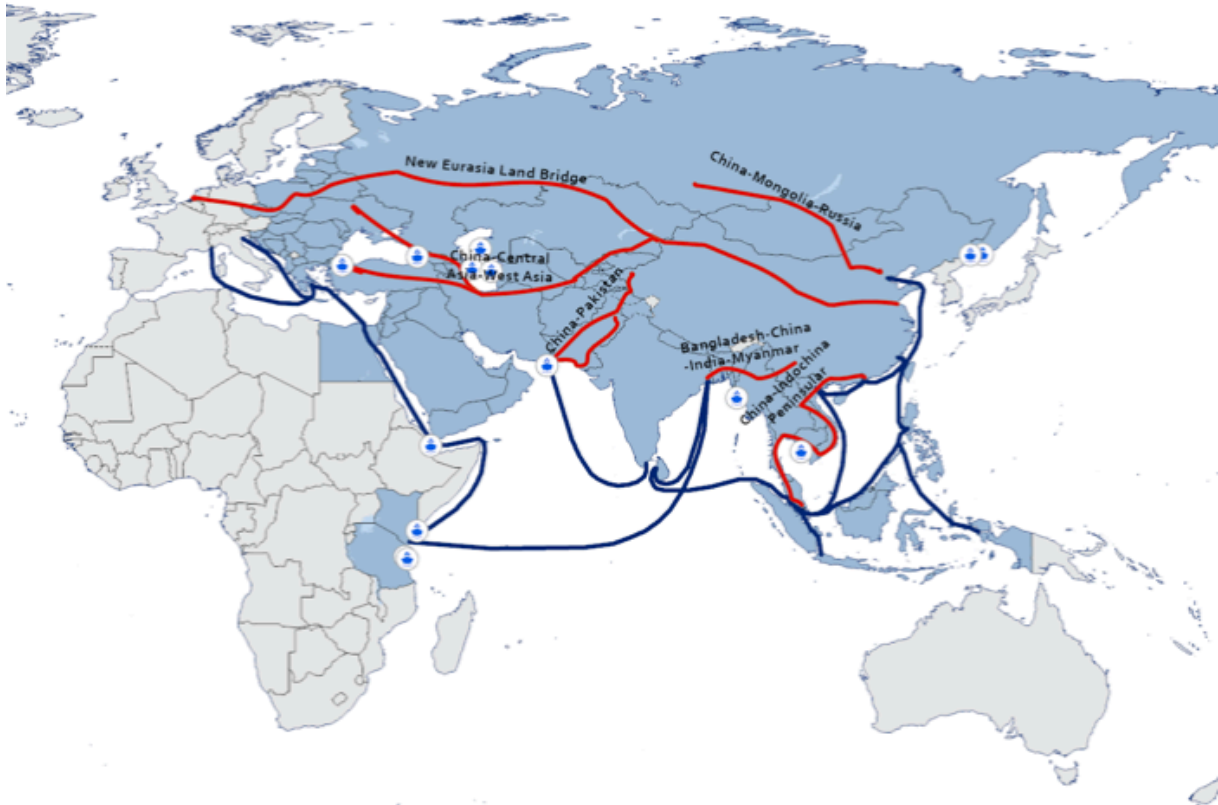
Xi não parece estar disposto a embarcar em uma nova “Revolução Cultural”. Perseguir os ricos e as grandes empresas privadas, particularmente as de alta tecnologia, poderia minar os ganhos de produtividade e, com isso, o sucesso econômico do país. O que se está desenhando é um novo arranjo de convívio entre o Partido e os ricos (CUNHA E HAINES, 2021, p. 3).

O atual presidente ganhou mais mérito após conseguir a aprovação definitiva para o projeto Iniciativa Cinturão e Rota (ICR). A aprovação dessa proposta não foi fácil, já que se trata de um projeto que afetará a vida de todas as camadas populares da China podendo ser benéfica para uma parcela e prejudicial a outra.

Entretanto, em 2013 a proposta foi aceita sendo aprovada por diversas camadas da população. Como já mostrado na questão econômica, a China já vinha fazendo suas construções, porém agora a iniciativa ganha muito mais relevância.

A iniciativa contribuiu para os aspectos territoriais chineses também, já que dá continuidade na expansão ao Oeste, aumentando sua zona de influência fora do país e conseqüentemente servindo a segurança nacional chinesa. Essa área de influência se estenderia pela Eurásia incluindo a região do *Heartland*, Oriente Médio, África, Europa Ocidental e Oriental (JUNQUEIRA, 2021). A imagem abaixo apresenta o percurso que a ICR pretende atuar.

Figura 1 - Iniciativa do Cinturão Econômico e Rota da Seda (ICR)



Cinturão Econômico

Rota da Seda Marítima

Fonte: PAULINO, Jornal Vermelho, 2021.

Esta iniciativa além de ser estrategicamente positiva para quesitos de segurança também é muito útil para a expansão do *soft power* chinês. Como já apresentado, muitas das obras construídas pelos chineses nos países africanos trazem um efeito positivo para a população. Mesmo havendo os problemas que também foram mostrados. Em comparação a grande parcela dos países ocidentais que ali já estiveram, a China deixa uma imagem mais positiva, consequentemente aumentando seu *soft power* naquela região.

Em relação ao *soft power* chinês é importante destacar que não se trata do mesmo que pode ser interpretado no ocidental. Como já foi apresentado no início do capítulo *soft power* na ideia ocidental se trata de seduzir outra nação, fazendo a mesma ou sua população agir de forma conivente a potência. Para o governo chinês o que mais é importante para o *soft power* é a cultura chinesa, utilizada tanto internamente para criar união nacional quanto para exportar valores chineses afora (SCHMIDT, 2021).

O caso do cinema chinês apresenta bem essa questão, hoje a China já possui mais cinemas do que os EUA além de terem seus filmes bem populares entre os países vizinhos. Mesmo com limites nas produções, os chineses fecham contratos com estúdios estrangeiros, em particular Hollywood provendo certos benefícios em troca da utilização de atores chineses, ênfase no território chinês entre outras obrigações. Segundo Kokas (2017)

[...] o estabelecimento de coproduções internacionais também é uma jogada política. De acordo com Flew (2016), as coproduções fazem com que haja a formação de alianças estratégicas que conferem para a China maiores habilidades técnicas e conhecimento sobre a audiência estadunidense e seus interesses; em troca, a China fornece investimento financeiro e privilégios no acesso do seu mercado doméstico. A política de coproduções também faz com que o PCC consiga fomentar a sua própria indústria de mídia nacional e a marca da China (KLOAS, 2017, apud SCHMIDT, 2021, p. 37).

A questão dos filmes chineses mostra uma estratégia parecida com a dos Estados Unidos com Hollywood. Sem dúvidas o cinema estadunidense é uma das principais formas de *soft power*, e com a expansão dos filmes e atores chineses no ocidente pode-se configurar como uma ação contra-hegemônica.

Outro agente extremamente importante para o *soft power* chinês é o Instituto Confúcio (IC), trata-se de uma organização sem fins lucrativos ligada ao Gabinete Nacional de Ensino de Chinês no Mundo, tutelado pelo Ministério Chinês de Educação. Esta organização teve seu início no ano de 2004 e serve para disseminar o idioma chinês e sua cultura a partir de intercâmbios culturais, principalmente por meio de universidades (RIBEIRO, 2015).

A Constituição e o Estatuto da instituição dizem que a principal função do Instituto Confúcio é o desenvolvimento do multiculturalismo entre as nações baseado em um mundo harmônico. Atualmente existem em média 541 institutos espalhados em todo o mundo, no caso da América Latina o Brasil é o país com a maior quantidade de institutos. Mesmo que a disseminação de idioma e cultura seja visto como *soft power* existem diversas críticas a esses institutos. A principal é que o instituto está mais relacionado ao Partido Comunista Chinês do que ao Estado chinês em si. Esta crítica advém principalmente pela comparação que existe entre o Instituto Confúcio e outros institutos de idiomas ocidentais como Instituto Goethe e o Instituto Cervantes e Aliança Francesa que são diretamente ligados ao Estado, e não a uma organização política. Este fato serve como munição aos críticos do PCCh, afirmando

que o Instituto Confúcio serve a programas ideológicos do Partido Comunista Chinês, principalmente por se instalarem em universidades em sua maioria. Sobretudo é pertinente lembrar que a críticas vem de intelectuais ocidentais, enquanto que o instituto também é elogiado e referenciado em diversos países, orientais ou não (SCHMIDT, 2021).

O governo chinês sabe bem que para continuar sua expansão, principalmente fora da Ásia necessita de melhorar sua imagem e para isso procurar desenvolver cada vez mais o *soft power*. Porém a maneira que os chineses buscam essas influências se diferenciam muito das já conhecidas no ocidente, o que acaba por dificultar a análise dessas ações. Dentre os fatores apresentados, as recentes inovações em altas tecnologias, principalmente relacionados ao 5G, também podem servir ao *soft power*. Possivelmente a china será o maior provedor de antes do 5G o que acaba por aumentar e muito a credibilidade dos produtos chineses e da própria china. Para além, os índices de crescimento social na China durante o século XXI em comparação a grande parte dos países ocidentais mostram discrepâncias, gerando questionamentos sobre qual modelo beneficia mais a população, em especial os trabalhadores.

1.4 COMPORTAMENTO DO HARD POWER CHINES NO SEC XXI

O conceito de *hard power* está ligado ao poder de dissuadir, induzir e fazer coerções a partir da força, direta ou indireta. Por exemplo, os desfiles militares que a China promove com certa frequência é uma expressão do *hard power*. Esse tipo de *hard power* indireto serve para mostrar aos oponentes o poder militar que um estado detém, outro exemplo são os exercícios militares como apresentaremos mais adiante no trabalho. Porém essa ferramenta de poder pode ser utilizada de forma direta, sendo um conflito armado direto entre nações (MARTINELLI, 2016).

O *hard power* também pode ser utilizado como forma de defesa para que se evite possíveis conflitos e ou desestabilizações. Por exemplo, alianças militares como a OTAN e a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) (NYE, 2004, p.31, apud MARTINELLI, 2016).

Ainda para Martinelli (2016, p. 69) existe uma:

[...] relação do Hard Power com a vertente econômica gira em torno do potencial econômico de um ator e da capacidade de articulação de temas ligados à economia. Dentre eles, instrumentos como sanções, embargos,

suspensão de subsídios, parcerias e investimentos. A vertente econômica do Hard Power exige um nível de articulação que vai além do volume econômico em si, como é no caso do PIB.

Essa articulação diz respeito à utilização inteligente desse capital, fazendo com que até porções menores de investimento deem mais resultados. Essa utilização inteligente do capital traz uma imagem mais confiável a outros investidores e até como forma de persuadir economicamente os oponentes (MARTINELLI, 2016).

Sem dúvida a China não tem a mesma capacidade de utilizar sua economia como *hard power* assim como outras potências ocidentais, porém os mesmo sabem utilizar sua economia de forma a atender grande parte de seus interesses como já apresentado. Exatamente por já termos apresentado questões econômicas nesta seção falaremos mais das questões militares relacionadas ao *hard power* chinês.

Possivelmente a região em que mais se encontra a utilização do hard power por parte da RPC é a leste, em Taiwan e parte do Pacífico, mas principalmente no Mar do Sul da China. Esta é provavelmente a região com as maiores tensões para o governo chinês, tendo, além da China, o Vietnã, Filipinas, Brunei e Malásia reivindicando esses territórios. Para exemplificar a relevância dessa região na atualidade, a Companhia Nacional de Petróleo Offshore da China (CNOOC) estima em média 125 bilhões de barris de petróleo existentes na região. Esses recursos energéticos aí existentes são de suma importância para esses países asiáticos, já que ambos vêm expandindo seu crescimento, demandando cada vez mais recursos energéticos (FAKHOURY, 2019).

Essa região tem extrema importância para as rotas comerciais. Segundo Fakhoury, “Quase um terço do petróleo não refinado global e mais da metade da produção global de gás natural liquefeito também passam pelas águas dessa região, fazendo desta uma das mais importantes rotas comerciais do mundo” (FAKHOURY, 2019, p. 2) Segue uma imagem com as respectivas delimitações reivindicadas.

Figura 2 - Mar do Sul da China.



Fonte: Voice of America, 2012

Essa complexa relação levou a diversos eventos preocupantes, alguns envolvendo inclusive certos tipos de confrontos. A disputa envolvendo os arquipélagos de Spratlys, Paracel e Scarborough se intensificou muito após a descoberta de petróleo na região. Durante a década de 1990 a China chegou a ocupar e construir estruturas pesqueiras em uma das ilhas em que a Filipinas vinha desenvolvendo programas de turismo. O governo filipino acabou por destruir essas construções reivindicando o território (SOUZA, FERREIRA, 2017).

Até mesmo com o Vietnã, que pode-se considerar um aliado dos chineses, houve momentos de extrema tensão. Como em 2005 que navios pesqueiros vietnamitas foram alvejados por navios chineses levando 9 pessoas a óbito. O

governo chinês respondeu dizendo que se tratavam de piratas. Em 2011, navios de patrulha chineses cortaram os cabos de exploração de um navio de pesquisa petrolífera vietnamita (FAKHOURY, 2019).

O governo da RPC vê tamanha importância nessa região por diversos motivos, entre eles a questão da segurança. A China foi invadida diversas vezes durante sua história, somente após 1949 o país voltou a ter sua soberania, mesmo que muito ameaçada. Por isso mesmo se trata de uma questão de princípios para os chineses, e dominar essa área marítima os permitiriam criar um cordão em volta do continente. Esse cordão serviria como forma de proteger os centros industriais, de pesquisa e desenvolvimento além dos grandes centros urbanos de ataques diretos, além de impossibilitar navegações estadunidenses. Essa preocupação é tanta que nos últimos anos a RPC vem desenvolvendo seu exército e marinha muito além do convencional. Isto acabou por aumentar as tensões na região, com os países ali alertando para uma possível escalada militar por parte dos chineses. Para além disso, como a China vem se desenvolvendo tanto em questões militares como na sua economia, a necessidade de recursos, principalmente energéticos, são essenciais. Com a descoberta de enormes reservas de petróleo e gás natural na região, o governo chinês viu uma oportunidade de garantir sua demanda principalmente pelo petróleo já que os mesmos não são auto suficientes. A narrativa utilizada pelo governo chinês é de que essas regiões pertencem à China historicamente, apresentando mapas antigos e artefatos milenares chineses encontrados na região entre outras. Porém somente essas evidências não são suficientes já que outras nações existentes ali também possuem os mesmos tipos de mapas e artefatos (SOUZA FERREIRA, 2017).

O governo chinês vê as tensões se intensificarem nessas regiões e em outras do Oceano Pacífico, principalmente após a eleição do ex-presidente Barack Obama em 2008, que lançou a estratégia Asian Pivot (2009-2017) como forma de redirecionar seus interesses mais para a Ásia, em vez do Oriente Médio. O motivo é o crescimento da influência chinesa na região, além dos próprios fracassos vividos pelos Estados Unidos no Oriente Médio. Alguns anos após, durante a gestão do ex-presidente Donald Trump, as tensões retornaram, configurando-se na “guerra” comercial-tarifária e nas sanções a produtos chineses. Essas sanções são muito mais do que protecionismo estadunidense em relação aos produtos chineses, mas também a retórica de segurança nacional de dados. O pretexto era que essas empresas

chinesas são obrigadas a repassar informações dos Estados Unidos ao PCCh (JUNQUEIRA, 2021).

A ilha de Taiwan também merece maior destaque quando falamos de segurança nacional e, conseqüentemente, do hard power chinês. A ilha, localizada a leste do continente, foi ocupada em 1949 pelo Kuomintang após a derrota para os comunistas. Desde então, a ilha vive em tensões com o continente, havendo momentos pró-unificação e pró-independência. O governo chinês nunca se mostrou disposto a aceitar a independência de Taiwan, e os motivos vão além dos históricos, já que a ilha é um ponto extremamente estratégico, principalmente na questão da defesa, não apenas da China, mas de todo o Leste Asiático. Para Feddersen

A importância estratégica de Taiwan no Leste Asiático pode ser observada em diversos momentos emblemáticos. O Japão pôde, a partir da Ilha, projetar suas forças para dentro do continente, através dos rios e garantir o controle do Mar Amarelo e do Leste da China. Mais tarde, no evento da eclosão da Segunda Guerra Sino-japonesa, foi o controle de Taiwan que permitiu a utilização do bombardeio estratégico sobre os alvos civis de Xangai e Nanjim, que causaram mais de 300.000 mortes do lado chinês (FEDDERSON, 2013, p. 9)

Outra questão extremamente relevante sobre Taiwan é que lá se encontra a *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (TSMC), a maior produtora de semicondutores do mundo. A China já se tornou a maior fabricante de alta tecnologia, superando os Estados Unidos. Entretanto, a produção de semicondutores ainda é muito dependente de mercados externos, principalmente da TSMC, o que acaba se tornando uma questão geopolítica. Os EUA são o principal cliente da TSMC, além de serem os principais investidores também. Inclusive, uma parte considerável da tecnologia utilizada na produção advém dos Estados Unidos. Este pode ser um dos principais motivos para que os EUA não vejam com bons olhos a integração total de Taiwan à RPC, pois a TSMC se tornaria propriedade do governo chinês, conseqüentemente toda a sua tecnologia. Por outro lado, esse também é um dos principais objetivos dos chineses, já que, como dito, a China ainda depende muito do mercado externo em relação aos semicondutores. Ao mesmo tempo, o governo chinês não conta unicamente com esse fator para sanar sua dependência de semicondutores e vem investindo pesadamente no setor. Dentre as evidências desses investimentos está o plano "Made in China", lançado em 2015, que, entre outras questões, pretende produzir pelo menos 70% de sua demanda de semicondutores.

Alguns anos após, em 2022, o governo disponibilizou um total de 227,6 bilhões de yuans em investimentos nesse setor (GUEDES, 2022).

Um evento envolvendo claramente o *hard power* chinês e Taiwan foi a visita de Nancy Pelosi, na época presidente da Câmara dos EUA, em 2 de agosto de 2022. Esta visita ocorreu no contexto de altas tensões entre as potências, principalmente em relação às novas tecnologias de comunicação. Nancy teve uma reunião com o presidente da TSMC, Mark Liu, evidenciando a não mais neutralidade da empresa. Como resposta a isso, a China realizou o maior exercício militar nas imediações de Taiwan. É importante lembrar que, mesmo que o governo chinês tente manter sempre uma postura pacífica, em 2005 foi aprovada uma lei de não secessão que prevê "medidas não pacíficas" contra Taiwan em caso de declaração de independência (GUEDES, 2022).

Esses fatores tornam muito mais complexa uma expansão chinesa pelo Pacífico, já que, para além do mencionado, os Estados Unidos e seus aliados na região também vivem em tensões com os chineses. Fatores como esses evidenciam a importância da RPC consolidar um *hard power* expressivo na região, mesmo que seja de forma persuasiva em vez de ativa. Este pode ser um possível motivo para a expansão a oeste que vem ocorrendo, especialmente relacionada à Iniciativa Cinturão e Rota. Além da expansão do *soft power* chinês, a ICR pode ser usada para disseminar certos elementos do *hard power*, principalmente através das tecnologias de 5G.

Existe uma suposta relação entre a empresa Huawei e o Exército de Libertação Nacional (ELN), com funcionários da Huawei trabalhando para o ELN. Além disso, o co-fundador da empresa, Ren Zhengfei, também foi integrante do exército. Mesmo que essas evidências não indiquem de fato alguma relação entre a empresa e o ELN, a Huawei lidera o setor de tecnologias em 5G e tem grande proximidade com o governo. Em média, a Huawei já instalou mais de 10 mil estações-base de 5G no exterior, principalmente em torno da Iniciativa Cinturão e Rota. O Exército de Libertação Popular (ELP) teve participação no desenvolvimento das tecnologias 5G, prevendo a importância dessas tecnologias para a segurança nacional. O próprio governo chinês evidencia sua preocupação em utilizar altas tecnologias de informação e ciberespaço para os combates modernos, como mostrado por Biavaschi et al. (2021, p. 173).

Os Livros Brancos de Defesa da China de 2015 e 2019 refletem estas orientações estratégicas e destacam o papel protagonista da informação no combate moderno e aponta o ciberespaço como uma área essencial para a segurança nacional, o crescimento econômico e o desenvolvimento social (BIAVASCHI, 2021, p.173 apud CHINA, 2015a; CHINA, 2019).

O debate sobre o uso de tecnologias 5G pelas forças armadas chinesas ainda é amplo, mesmo existindo uma relação cívico-militar que compõe o ELP. Hoje, a importância de tecnologias como o 5G em combates de diversos níveis é inegável, e o governo chinês demonstra interesse em integrar as novas tecnologias ao seu hard power.

Podemos observar no continente africano ações de hard power por parte da China também, ações relacionadas principalmente ao transporte de recursos energéticos. Em 2017, foi inaugurada a Base de Apoio do Exército de Libertação Popular da China no Djibuti, país do nordeste africano. O governo chinês vem adotando medidas e políticas para garantir sua segurança energética, passando pelo âmbito interno e externo. A construção da base naval no Djibouti tem relação com a questão, já que somente na região transitam em média 10% do petróleo mundial anualmente, além de ter ligação direta com o Canal de Suez. A China não é o único país inserido militarmente na região; os Estados Unidos, França, Japão, entre outros aliados, também possuem bases no país africano. Dentre os motivos de haver tantas bases navais estrangeiras em Djibouti, está o fato do país possuir poucas alternativas de desenvolvimento, optando pelo turismo e acordos internacionais do tipo para desenvolver sua economia (SOUZA WONG, 2018).

Segundo o governo chinês, a base naval serviria apenas para emprego humanitário e logístico à sua frota de operações de não guerra no Chifre da África. De Souza Wong ressalta:

A perenização da presença chinesa no Chifre da África é vista como emprego do hard power, já que se trata da construção de uma base de uma força naval de guerra, apesar de o governo afirmar que as atividades a serem exercidas serão de cunho logístico e humanitário (SOUZA WONG, 2018, p. 25).

Também se encontra certa relação com a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), já que entre o pagamento que os chineses devem fazer ao Djibuti está a construção de infraestrutura no país. Essas construções podem ter ligação direta com as rotas de transporte da iniciativa, além de servirem de apoio logístico aos próprios chineses. O interessante é notar que, como apresentado na seção anterior, os chineses já vêm

utilizando das mega construções para aumentar seu soft power. Ações do tipo vêm se intensificando, tanto do hard power quanto do soft power na região, questões que acabam se confrontando com os próprios interesses ocidentais.

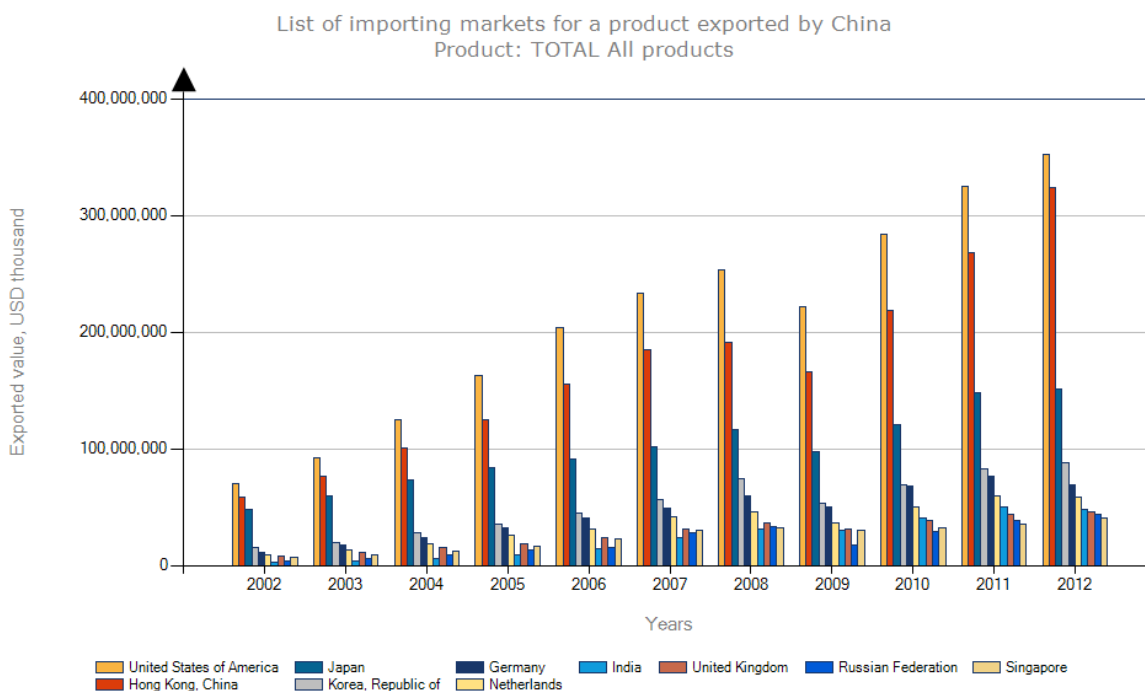
CAPÍTULO 2

2.1 EXPORTAÇÕES CHINESAS NO SÉCULO XXI

Agora faremos alguns comparativos em relação às exportações chinesas nos últimos vinte anos, considerando o ano de 2002 a 2022. Mostraremos quais são os 10 principais países que compram da China de 2002 a 2012 e os 5 principais países importadores de 2013 a 2022. Sobre os 5 principais parceiros faremos breves análises dessas relações como forma de diferenciar as intenções de cada nação nessas relações. As exportações apresentadas dizem respeito a qualquer produto exportado independente de valor agregado, exportações de serviços não entraram na análise. Para além disso foi feita uma comparação dos mesmos dados referente aos Estados Unidos na intenção de demonstrar como a RPC conseguiu alcançar ou superar certas questões econômicas dos EUA. Lembrando que essa comparação não se baseia em princípios de economias melhores ou piores mas sim em demonstrar como uma nação consegue alcançar os mesmos níveis econômicos dos países centrais utilizando de uma formação econômica inédita.

Outra intenção neste capítulo é demonstrar como o crescimento das exportações chinesas vai além do crescimento econômico. Essa questão também se apresenta como contra hegemonia, principalmente em detrimento dos interesses econômicos dos países centrais. Já que principalmente nos últimos anos o governo Chinês vem fazendo alianças econômicas com antigos aliados dos países ocidentais e em alguns casos a China deixa uma imagem muito mais favorável naquela nação. Por outro lado, enfraquece a influência dos países centrais em toda a região. Também é importante salientar que o governo chinês não se utiliza dos mesmos mecanismos de *hard power* para garantir seus mercado, algo que principalmente os EUA utilizam. É inegável a existência de controvérsias na utilização do *hard power* chinês porém seu crescimento diz muito mais respeito às suas estratégias inovadoras na economia interna e externa.

Segue o gráfico com os principais parceiros econômicos da China de 2002 a 2012.

Gráfico 1 - Exportações chinesas de 2002 a 2012.

Sources: ITC calculations based on General Customs Administration of China statistics since January, 2015. ITC calculations based on UN COMTRADE statistics until January, 2015.

Como podemos ver, o principal parceiro econômico durante os anos de 2002 a 2012 é os Estados Unidos da América, algo que como iremos ver ao decorrer do capítulo não mudou, mas se intensificou. É interessante notar que Hong Kong vem em segundo lugar mesmo se tratando de uma província da China. Isso ocorre por fatores históricos. Por ter sido uma colônia inglesa por tantas décadas a influência da mesma ainda se mantém no território de Hong Kong. Como forma de evitar tensões sociais, o governo chinês propôs uma transição gradual, se materializando na estrutura “um país, dois sistemas”. Essa transição consiste em integrar o território de Hong Kong a China porém mantendo uma administração “independente” por parte dos hongueconguense, sobre a forma de região administrativa especial. Por isso no gráfico Hong Kong aparece da mesma maneira que outras nações, inclusive há outra região administrativa especial na China que também advém de questões históricas, Macau. Macau foi uma colônia portuguesa que teve seu processo de integração parecido com o de Hong Kong, inclusive Macau é conhecida como as “Las Vegas chinesa” por conta da altíssima quantidade de cassinos na região (SALDANHA, 2020).

É interessante notar que o governo Chinês não utilizou a força para essa

gradual integração. É óbvio que certas ações rígidas podem e são tomadas por parte do PCCh para manter a integração, porém não houve grandes conflitos armados.

Em terceiro lugar vem o Japão, que assim como os dois primeiros importam muito mais dos chineses em relação às outras nações. Mesmo com diversas questões mal resolvidas entre a RPC e o Japão, ambos os países mantêm relações econômicas intensas desde 1972. No mesmo ano, o governo japonês cortou relações com Taipei e o próprio ex-primeiro-ministro Kakuei Tanaka visitou Pequim para iniciar as conversas. Dentre os motivos dessa aproximação repentina está a até então recente aproximação dos EUA com a RPC e a necessidade de avanços tecnológicos por parte dos chineses (OLIVEIRA, 1995).

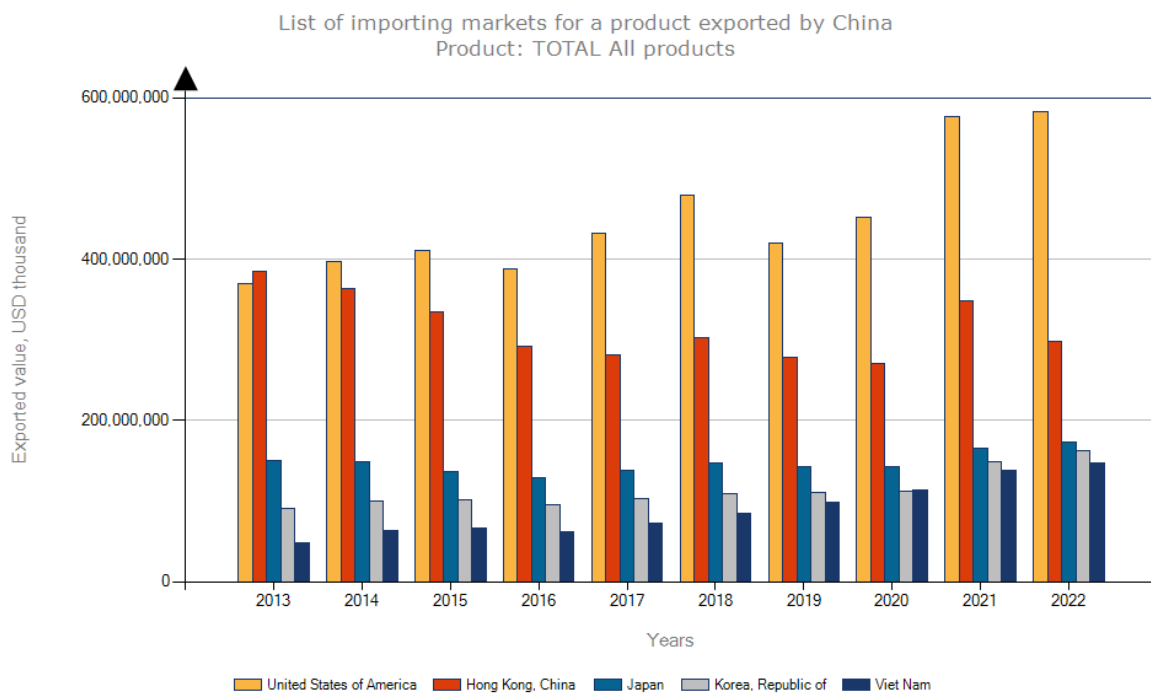
Após termos a República da Coreia ou Coreia do Sul em quarto lugar nas importações. O processo de aproximação da Coreia do Sul e China não se diferencia muito do processo de aproximação japonesa, sendo um processo iniciado após os EUA começarem a se aproximar da RPC. Esse processo iniciado durante a década de 1970 leva o próprio governo chinês a mencionar o milagre econômico sul coreano como um exemplo a ser olhado demonstrando o interesse dos chineses em se aproximar da Coreia do Sul. Desde então as relações econômicas só se intensificaram, tendo em 2004 superando os Estados Unidos tanto em importações quanto em exportações. Para além dos interesses econômicos dessas duas nações, também existe um sentimento anti-japonês em ambas as nações. Mesmo com a aproximação da Coreia do Sul e Japão, os sul-coreanos mantêm as lembranças dos horrores vividos nas mãos do Império Japonês (GORITO, 2010).

Até o ano de 2016 a Alemanha era o quinto maior importador da China, sendo superado pelo Vietnã. O Vietnã é uma das economias que mais cresce no mundo, principalmente durante o século XXI e é considerado um dos novos tigres asiáticos. Dentre as causas desse crescimento podemos citar a dinâmica industrial global adotada a partir de 1980 em que a produção das multinacionais se fragmenta, tendo na Ásia seu principal foco. Assim como a China, o Vietnã aproveita essa nova dinâmica para trazer investimentos estrangeiros para seu país, principalmente chineses. Para além, os grandes investimentos chineses em infraestrutura interligando parte dos países ao seu entorno gerou um dinamismo expressivo nas relações comerciais desses países.

A elevação das importações e das exportações vietnamitas para e oriundas da China ampliou a corrente de comércio (exportações mais importações) entre estes dois países. Entre 2000 e 2013, a corrente entre o Vietnã e a China aumentou dezessete vezes, bem acima da corrente de comércio mundial. Esse crescimento também foi maior que o observado na corrente de comércio vietnamita com o mundo (exceto China), implicando o aumento na participação da corrente de comércio Vietnã-China em relação ao mundo (de 9,8% em 2000 para 19% em 2013). Com isso, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Vietnã (PINTO, 2015, p. 102).

O Vietnã também anda adotando o socialismo de mercado para seu desenvolvimento. O modelo, mesmo sendo obviamente baseado no chinês, contém características próprias do socialismo vietnamita. Esses são os 5 principais parceiros econômicos na atualidade, como o gráfico abaixo nos apresenta.

Gráfico 2 - Exportações chinesas de 2013 a 2022.



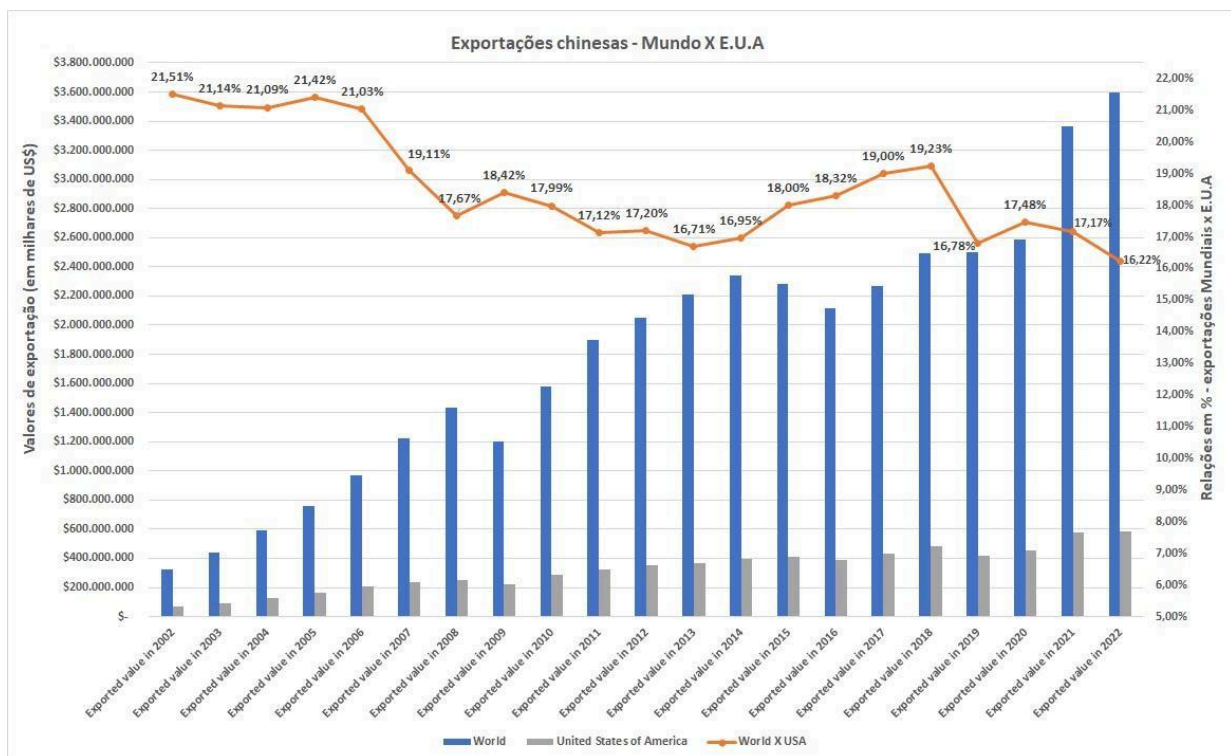
Sources: ITC calculations based on General Customs Administration of China statistics since January, 2015. ITC calculations based on UN COMTRADE statistics until January, 2022.

Mesmo com todas as tensões que ocorrem, as importações estadunidenses só aumentaram. Isso serve como exemplo da complexidade das relações internacionais. É pertinente comentar que tanto os EUA quanto a RPC dependem mutuamente economicamente, e este fato serve muito mais aos chineses, já que diminui a capacidade de aplicar sanções por parte dos Estados Unidos. Hong Kong mantém um movimento de oscilação, com uma leve diminuição nas exportações de 2014 a 2020,

seguida por um breve aumento em 2021, para então diminuir novamente em 2022. Por outro lado, Japão, República da Coreia e Vietnã tiveram movimentos quase idênticos, mantendo o nível de exportações com um leve aumento em 2021 e mantendo-se em 2022.

Utilizando os mesmos dados retirados do site *International Trade Centre* (ITC) elaborei um gráfico apresentando o percentual da participação dos EUA nas importações chinesas ao mundo.

Gráfico 3 - Percentual da participação estadunidense de 2002 a 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como pode-se notar o crescimento das exportações chinesas crescem tendo somente algumas oscilações. Dentre as oscilações na participação estadunidense no mercado chinês se destaca o ano de 2007 e 2008 tendo uma queda de quase 3%. A crise financeira desencadeada pela falência do banco Lehman Brothers pode ser considerada a principal causa. Após é possível visualizar uma queda brusca em 2019 na participação dos EUA tendo sua principal influência a guerra comercial iniciada pela gestão Trump no mesmo ano. A intenção do governo estadunidense era diminuir a dependência principalmente de commodities de outros países, assim fortalecendo o mercado interno. A guerra da Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022 tem certa

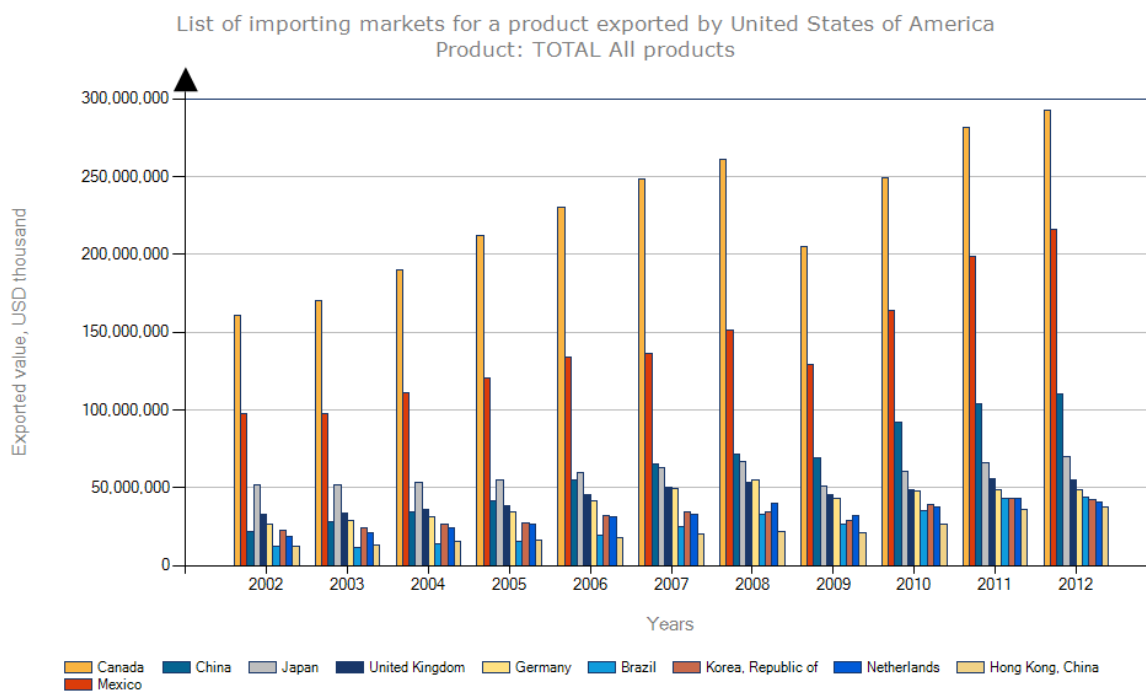
importância na diminuição das importações chinesas aos Estados Unidos. Com o início da guerra a polarização global entre Oriente e Ocidente se acentuou, causando alterações no cenário internacional. Dentre as mudanças está a postura tanto dos EUA quanto de outros países ocidentais de fortalecerem laços com países principalmente europeus. Assim as relações com países que não condenassem a ação russa tendem a diminuir e assim extremando a polarização.

Todavia, enquanto os EUA diminuem as importações dos chineses, os chineses aumentaram suas importações dos EUA como apresentaremos no próximo subitem. Isso demonstra como a China vem perdendo sua dependência em relação aos EUA, já que mesmo diminuindo as vendas para seu principal comprador há um superávit na balança econômica chinesa. Por outro lado os Estados Unidos vem perdendo sua importância para o mercado chinês que por sua vez diminui o poder de persuasão e ou coerção econômica estadunidense.

2.2 EXPORTAÇÕES ESTADUNIDENSES NO SÉCULO XXI

Se compararmos as exportações chinesas em relação às exportações dos Estados Unidos, fica evidente que o crescimento da China supera o crescimento dos EUA. Embora os Estados Unidos sejam a maior economia mundial, seu crescimento é mais lento em comparação ao crescimento chinês. Suas exportações aumentaram menos nos últimos vinte anos em comparação com as exportações da China, como veremos nos próximos gráficos. É importante mencionar que o crescimento dos Estados Unidos ainda é alto, mas tende a diminuir gradualmente. Por outro lado, os países que estão iniciando seu processo de desenvolvimento tendem a apresentar índices mais altos, especialmente porque estão partindo de uma produção mais baixa até então. Isso é o caso de muitos dos países mencionados aqui.

No entanto, os dados que temos da China já são de 2002, período em que os chineses já estavam se consolidando como uma potência regional e uma futura potência tecnológica. Como podemos ver no gráfico abaixo, somente entre 2003 e 2004, a China se tornou uma das 5 principais importadoras dos EUA, o que está diretamente relacionado ao crescimento das relações econômicas entre os dois países e ao aumento do consumo da população chinesa.

Gráfico 4 - Exportações estadunidenses de 2002 a 2012.

Sources: ITC calculations based on General Customs Administration of China statistics since January, 2015. ITC calculations based on UN COMTRADE statistics until January, 2015.

O principal parceiro econômico dos Estados Unidos é o Canadá, seguido do México; as importações desses países superam em muito as de outros parceiros econômicos dos Estados Unidos. Isso ocorre principalmente devido à localização geográfica desses países em relação aos EUA. Lembre-se de que os Estados Unidos desempenham um papel importante no cenário internacional, especialmente em relação aos países próximos a eles. O Canadá sempre foi um grande parceiro econômico dos EUA, e grande parte de seu desenvolvimento e indústria se baseiam em investimentos dos Estados Unidos. Além disso, a economia canadense é altamente dependente do comércio exterior, principalmente com os Estados Unidos.

No caso do México, existe uma relação de dominação econômica, com muitas empresas dos Estados Unidos estabelecidas no país para aproveitar os incentivos econômicos e maximizar seus lucros. O acordo de livre comércio firmado em 1994 entre os Estados Unidos, México e Canadá, conhecido como Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), impulsionou significativamente o comércio, especialmente entre os EUA e o México (CANOVAS, 1991). Todavia, o tratado diz respeito apenas a questões comerciais, não favorecendo questões de comunidade e ou sociais.

Os objetivos principais do bloco se encontram elencados no artigo 102 do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e são os seguintes: 1) eliminar obstáculos ao comércio e facilitar a circulação transfronteiriça de bens e de serviços entre os territórios das Partes; 2) promover condições de concorrência leal na zona de livre comércio; 3) aumentar substancialmente as oportunidades de inversão nos territórios das Partes; 4) proteger e fazer valer, de maneira adequada e efetiva, os direitos de propriedade intelectual no território de cada uma das Partes; 5) criar procedimentos eficazes para a aplicação e cumprimento deste Tratado, para sua administração conjunta e para a solução de controvérsias; 6) estabelecer os contornos para a ulterior cooperação trilateral, regional e multilateral encaminhada a ampliar e melhorar os benefícios deste Tratado (SICE, 2019 apud PINTO, 2021, p. 161).

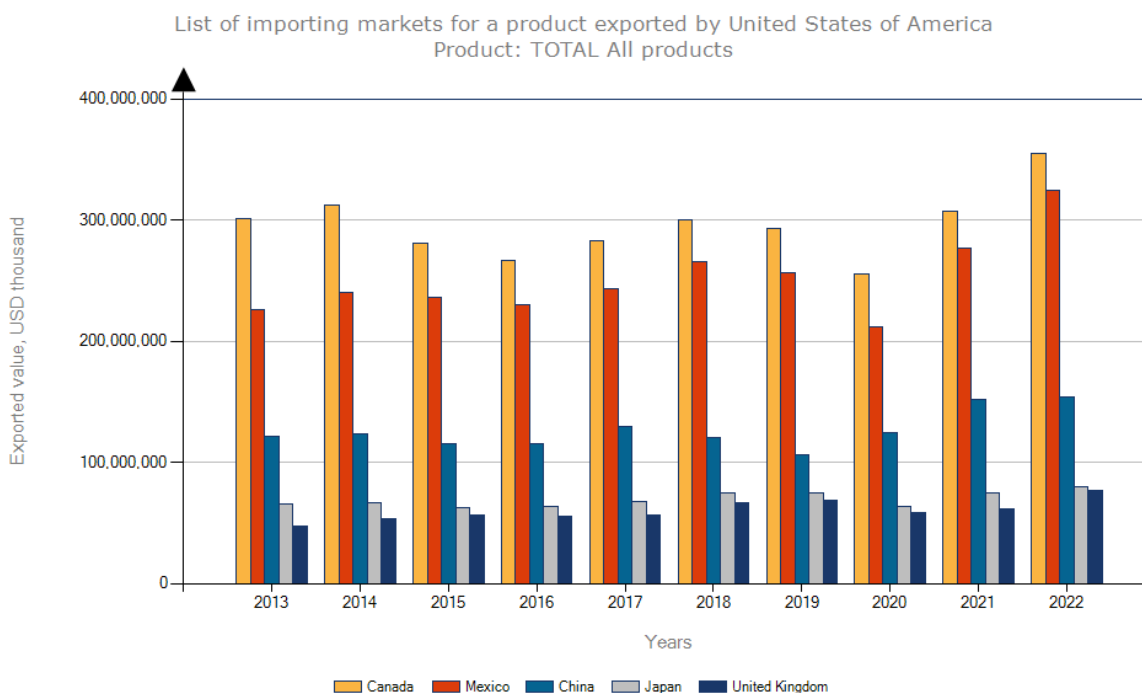
Atualmente o tratado é amplamente criticado, principalmente por não ter alcançado grande parte de suas metas e por gerar novos problemas ou extremar a desigualdade principalmente no México. Os médios e pequenos agricultores mexicanos foram os mais afetados já que diversas commodities agrícolas estadunidenses entraram no mercado mexicano com preços muito baixos. Evidentemente isso acabou por quebrar grande parte desses trabalhadores o que por outro lado beneficiou parte da burguesia com capacidade de potencializar a produção com as tecnologias vindas dos EUA. Após o tratado, outro fenômeno que se extremou no México foi a desigualdade de investimentos internos. Basicamente só o norte do país recebeu investimentos, assim se industrializando, em contrapartida o centro e principalmente o sul do México se mantêm estagnados sem investimentos. (PINTO, 2021).

Mesmo que o México seja o país que mais sentiu os efeitos negativos do NAFTA, tanto os EUA quanto o Canadá criticam o tratado, dentre as críticas que o mesmo se encontra ultrapassado para a dinâmica mundial atual. Esse cenário, em conjunto da gestão Trump, fez com que as três nações fechassem um novo acordo em 2018, o *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA). Esse novo tratado tem suas principais diferenças nos setores de indústria automobilística, proteção da propriedade intelectual e comércio digital. No entanto, o interessante notar é como tanto o NAFTA quanto o atual USMCA servem como defesa aos interesses chineses desencorajando os países membros a negociarem com a China (SCHOTT, 2018 apud PINTO, 2021). Afirmação do tratado é algo muito recente e que só começa a gerar pequenas alterações atualmente, por isso ainda é difícil afirmar quais são as reais consequências para esses países e o mundo.

Em 2007 a China já se tornou a terceira principal importadora dos EUA tendo importado um pouco mais de 50 milhões neste ano. Por outro lado, os chineses exportam quase 250 bilhões de dólares em produtos para os Estados Unidos também em 2007, um número impressionantemente maior. Lembre, nesse momento a China vivia o auge da “fábrica do mundo” tendo centenas de produtos sendo montados no país para só então serem exportados. Porém isso evidencia outra questão já mencionada no capítulo 1, isso demonstra como os chineses mantêm os interesses do Estado em primeiro lugar já que normalmente essas empresas não geram lucros tão altos para o Estado em si, mas principalmente aos empresários envolvidos.

Agora segue o gráfico das exportações estadunidenses de 2013 a 2022.

Gráfico 5 - Exportações estadunidenses de 2013 a 2022.



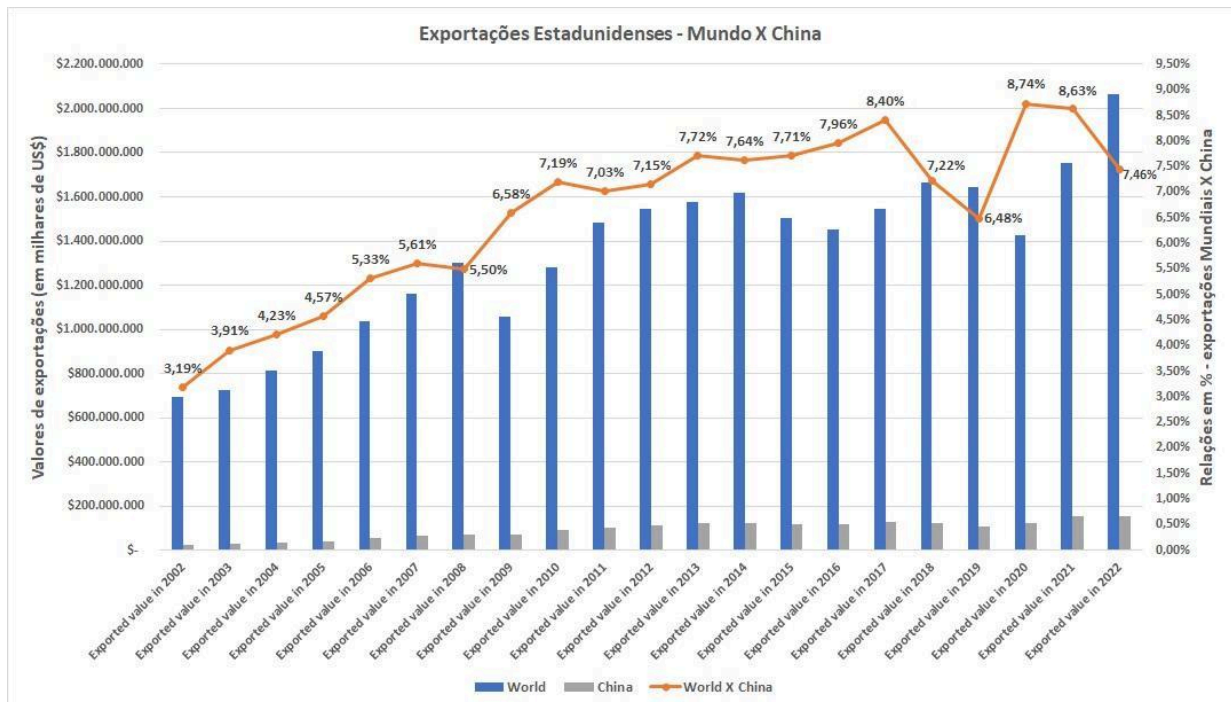
Sources: ITC calculations based on General Customs Administration of China statistics since January, 2015. ITC calculations based on UN COMTRADE statistics until January, 2015.

Já entre 2013 e 2022 a balança comercial entre EUA e RPC ganha mais discrepância. Se comparados, os EUA exportaram em 2022 um pouco menos de 400 bilhões de dólares em produtos para seu principal comprador. Já os chineses exportam quase 600 bilhões somente aos EUA em 2022, um número impressionantemente maior. Como podemos ver, a China se mantém a terceira principal parceira econômica dos EUA, porém a diferença entre esta e os dois

primeiros parceiros é relativamente alta. Isso diz respeito tanto ao poder de compra da população estadunidense quanto aos preços baixos dos produtos chineses. Já em relação à China o que nota-se é um crescimento ainda maior do poder de compra dos chineses, ou o aumento do consumo de produtos não essenciais à vida. Como já dito no capítulo anterior, a qualidade de vida da população chinesa cresce constantemente a anos, inclusive o aumento nas compras de commodities relacionados a Iniciativa Cinturão e Rota tem ligação direta com esse fato.

Abaixo apresento o gráfico mostrando o percentual chinês nas exportações estadunidenses ao mundo durante os anos de 2002 a 2022, os dados também retirados do site *International Trade Centre* (ITC).

Gráfico 6 - Balanço econômico das exportações chinesas de 2002 a 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como pode se notar a RPC vem comprando cada vez mais dos EUA tendo algumas quedas específicas. Dentre essas, em 2008 que também houve influência da crise financeira da época, no entanto, a crise para a economia chinesa não foi igual para a economia estadunidense. Segundo Ribeiro (2018, p.8).

Ao contrário dos Estados Unidos, na China o período posterior à crise é marcado pela manutenção do crescimento a níveis elevados, ainda que a taxas menores comparativamente à primeira década do século XXI.

Observa-se a continuidade do aumento da renda média e também dos salários, além da produtividade.

Essa ação direta do Estado que segurou a crise na RPC, se comparados os gráficos de percentuais dos EUA e da RPC nota-se a grande diferença na queda de importações chinesas em comparação aos EUA durante o ano de 2007 e 2008. Outra queda brusca nas importações estadunidenses por parte da China é em 2018, ocasionado pela eleição de Donald Trump dois anos antes seguido da guerra comercial iniciada pelo mesmo. No entanto, já em 2020 as importações voltam a crescer de forma significativa com os chineses aumentando pouco mais de 2% nas importações. Isto diz respeito a ação do governo chinês em conter o vírus da Covid-19 em seu território, propiciando momento mais amenos em relação a crise sanitária. Também nos apresenta a necessidade dos EUA em exportarem seus produtos, mesmo que para a China considerando tanto o nível alarmante em que os pais se encontrava durante a pandemia quanto pelo baixo nível de crescimento vivido nos últimos anos. Esse fator pode nos indicar uma maior dependência dos Estados Unidos em relação à China do que o contrário. No entanto, como já dito no subitem anterior, a recente guerra da Ucrânia nos apresenta um novo cenário internacional, tendo os Estados Unidos e outras potências ocidentais fortalecendo seus laços perante a uma possível ascensão de outro bloco hegemônico. Não à toa, ainda em 2022 as importações para os chineses diminuíram consideravelmente mesmo com um significativo aumento nas importações estadunidenses ao mundo.

Essas questões e dados aqui apresentados refletem uma recente mudança no cenário global com futuro ainda incerto, o certo é que o governo chines, liderado pelo Partido Comunista Chinês soube utilizar suas capacidades produtivas de maneira inovadora e eficaz.

Apresento mais um dado referente ao crescimento chinês também utilizando dados do site ITC, uma tabela que nos apresenta o balanço econômico chinês do ano de 2002 ao ano de 2022.

Tabela 1 - Balanço econômico das exportações chinesas de 2002 a 2022.

#	Importers	Exported value in 2002	Exported value in 2022	Balance
1	United States of America	\$ 70.050.092,00	\$ 582.756.120,00	\$ 512.706.028,00
2	Hong Kong, China	\$ 58.463.145,00	\$ 297.538.449,00	\$ 239.075.304,00
3	Korea, Republic of	\$ 15.534.561,00	\$ 162.621.428,00	\$ 147.086.867,00
4	Viet Nam	\$ 2.148.380,00	\$ 146.959.900,00	\$ 144.811.520,00
5	Japan	\$ 48.433.840,00	\$ 172.927.436,00	\$ 124.493.596,00
6	India	\$ 2.671.164,00	\$ 118.501.523,00	\$ 115.830.359,00
7	Netherlands	\$ 9.107.559,00	\$ 117.730.975,00	\$ 108.623.416,00
8	Germany	\$ 11.371.850,00	\$ 116.226.632,00	\$ 104.854.782,00
9	Malaysia	\$ 4.974.207,00	\$ 93.711.252,00	\$ 88.737.045,00
10	Thailand	\$ 2.957.345,00	\$ 78.479.645,00	\$ 75.522.300,00
11	Taipei, Chinese	\$ 6.586.178,00	\$ 81.586.754,00	\$ 75.000.576,00
12	Mexico	\$ 2.863.655,00	\$ 77.534.944,00	\$ 74.671.289,00
13	Australia	\$ 4.585.039,00	\$ 78.827.036,00	\$ 74.241.997,00
14	Singapore	\$ 6.984.217,00	\$ 81.167.608,00	\$ 74.183.391,00
15	United Kingdom	\$ 8.059.425,00	\$ 81.544.682,00	\$ 73.485.257,00
16	Russian Federation	\$ 3.520.742,00	\$ 76.122.649,00	\$ 72.601.907,00
17	Indonesia	\$ 3.426.452,00	\$ 71.318.138,00	\$ 67.891.686,00
18	Philippines	\$ 2.042.241,00	\$ 64.679.392,00	\$ 62.637.151,00
19	Brazil	\$ 1.466.382,00	\$ 61.969.971,00	\$ 60.503.589,00
20	United Arab Emirates	\$ 3.450.904,00	\$ 53.861.687,00	\$ 50.410.783,00

Sources: ITC calculations based on General Customs Administration of China statistics since January, 2015. ITC calculations based on UN COMTRADE statistics until January, 2015.

Como podemos ver, durante esses anos houve um acréscimo de mais de 1 trilhão de dólares na balança comercial chinesa, um número simplesmente impressionante. Essa pode ser uma das principais evidências de que a China cada vez mais se aproxima de ser uma potência mundial, utilizando principalmente o motor econômico para liderar esse avanço.

CONCLUSÃO

Como foi apresentado, o governo chinês mantém-se firme no caminho do desenvolvimento. Desde a criação da República Popular da China em 1949 o país vive momentos históricos, tanto internamente quanto externamente. Muito disso se dá por conta da maneira peculiar que os chineses lidam com questões políticas e econômicas. Desde o início da RPC o país foca em manter conversas amistosas com seus aliados e até rivais. O que tudo indica é que essa forma de se relacionar com o resto do mundo provou eficiência. É inegável que as reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping compõem o pilar da China atual, no entanto suas relações diplomáticas propiciaram um ambiente produtivo com o resto do mundo.

A partir dessas relações e do ambiente propício economicamente os chineses conseguiram uma geração de riqueza inédita para um país ainda em desenvolvimento. Indo além na questão, possivelmente a China é o primeiro país a se tornar uma potência sem a utilização massiva do *hard power*, no âmbito econômico e bélico. A base naval construída no Djibuti exemplifica bem esse fato, sendo nítido a expressão do *hard power* chinês porém sob forma de relação econômica. Ou mesmo a integração de Hong Kong e Macau que se deram de forma pacífica e gradual, possivelmente algo que os chineses buscam em Taiwan. Ao mesmo tempo, o PCCh deixa claro sua intenção de intervenção militar na ilha caso se declare independente. Outro fato sobre o *hard power* chinês é as tensões no mar do sul da China, tendo como um dos principais rivais ali o Vietnã, um dos principais parceiros econômicos. Também há as tensões com os Estados Unidos, seu principal parceiro econômico que paradoxalmente também é a principal ameaça no âmbito regional e internacional. Essas contradições evidenciam a complexidade das relações internacionais da atualidade, um dos motivos que levou a escrita deste trabalho.

A população chinesa também vive um dos seus melhores momentos históricos com o desemprego bem abaixo da média, salários crescentes e um nacionalismo de características chinesa cada vez mais expressivo. O PCCh sabe bem como utilizar esses fatores assim como o *soft power*, incentivando a produção de filmes que fazem muito sucesso nos países vizinhos também. Mesmo que não façam tanto sucesso no ocidente, é cada vez maior a procura pelos filmes Chineses. O aumento do turismo de chineses a países ligados pelas grandes obras de infraestrutura chinesas, a disseminação do Instituto Confúcio no mundo apresentam uma estratégia de *soft*

power internacional.

Porém no âmbito econômico é onde a RPC mais chama a atenção sendo uma formação econômica inédita, que contém uma complexidade tão alta que este trabalho não tem a capacidade de sintetizar todos os fatores. O fato é que essa formação econômica já se mostrou mais eficiente do que outras em diversos aspectos. Possivelmente nunca houve na história uma nação que se desenvolveu tão rapidamente levando menos de 50 anos para sair de uma das nações mais pobres do planeta, a segunda economia mundial. Nem mesmo o Império Inglês ou os Estados Unidos tiveram tantos êxitos na política/economia nacional em tão pouco tempo. Também é importante salientar que os chineses não colonizaram ou utilizaram do imperialismo para o mesmo, tendo quase que todo seu crescimento relacionado a relações econômicas.

Entretanto não podemos ser ingênuos de acreditar que os chineses desejam unicamente o bem das outras nações. Os próprios têm seus interesses e vão lutar por eles, podendo ser de maneira diplomática ou bélica, mesmo que o segundo quase nunca ocorra. É importante lembrar que principalmente no continente africano há controvérsias envolvendo os chineses, como a tomada do comércio pelos produtores e comerciantes chineses. As contradições em volta do país asiático são tantas que é difícil debater o tema expondo a necessidade de mais estudos, principalmente saindo do prisma ocidental. Como apresentado no trabalho, os chineses se colocam como uma potência pacífica, pelo menos em comparação às outras potências. Talvez esse seja um sinal para uma mudança global nas relações internacionais, simbolizando uma busca por relações mais iguais. Todavia devemos nos atentar às movimentações internacionais nos próximos anos de forma crítica e analítica, ao contrário de idealizar um mundo harmônico liderado pelos chineses.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR BILLIG, O.; PAIVA DA SILVA, A. Mudança no cenário internacional: possível deslocamento da ordem mundial ocidental para a oriental. **Latitud SUR (En línea)** n. 16, p. 53-63, 30 dez. 2021. ISSN 2683-9326

ALMEIDA, Jorge. O ascenso da China e o sistema mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização interimperialista?. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, v. 47, n. 255, p. 109-130, 2022.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 71-96, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2023

AMIN, S. O futuro da polarização mundial. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], n. 25, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.11.v0n25.2045. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2045>>. Acesso em: 13 set. 2022.

ARRAES, Virgílio Caixeta. O comércio exterior na universalização da Política Externa Chinesa no século XXI. 2009. **Meridiano 47**, Brasília, v. 10, n. 113, p. 14-15, dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/494/311>>. Acesso em: 12 out. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.20889/501>.

BECKER, L. F. A. **O soft power chinês no contexto do plano cinturão e rota**. 2021. 46 f. Trabalho de Conclusão (graduação em Relações Internacionais) - Universidade La Salle, Canoas, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11690/1979>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BERTHONICO, Thiago. Países buscam vaga no Brics mirando laço com a China e vácuo deixado pelo ocidente. **A Folha de São Paulo**, 14.ago.2022 às 18h20. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/08/paises-buscam-vaga-no-brics-mirando-laco-com-a-china-e-vacu-deixado-pelo-ocidente.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2023

BIAVASCHI, Eduardo Luiz et al. Dragão digital chinês: o exército de libertação popular e a tecnologia 5G. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 36, n. 76, p. 163-188, 2021.

BORGES, Fábio; NAGUAL, Felipe; MARTINS, Luiza Maria. O protagonismo da China no Novo Banco de Desenvolvimento (nbd) dos BRICS e possíveis contradições sob a presidência brasileira. **Revista de Estudos AntiUtilitarista e Pós-coloniais**. v.11, n. 02, p. 201-222, 2021.

CANOVAS, Gustavo Vega. As Conversações entre México, Estados Unidos e Canadá sobre um Acordo de Livre Comércio. **Contexto Internacional**, v. 13, n. 2, p. 279, 1991.

CONTI, Bruno Martarello; MOZIAS, Petr. A “Iniciativa do Cinturão e Rota”: Desafios e Oportunidades para a China e para o mundo. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**. v. 9, n.18, p. 212, jul/dez. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/4221-974-PB.pdf> Acesso em: 12 out. 2023.

CUNHA, André Moreira; HAINES, Andrés Ernesto Ferrari. Xi Jinping e os ricos. **Análise: Conjuntura Nacional e Internacional**. FCE/UFRGS. Porto Alegre. 21 ago. 2021, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/249577>>. Acesso em: 12 out. 2023

DELARME LIN, Daniela Marqueli. **Cenário estratégico internacional: a ascensão chinesa, a aproximação com a Rússia e as implicações na balança de poder mundial**. 2018. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 26 jun. 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/2098>> Acesso em: 12 out. 2023

FAKHOURY, Renato. As disputas marítimas no Mar do Sul da China: antecedentes e ações militares no século XXI. **Observatório de Conflitos Internacionais, Série Conflitos internacionais, Marília**, v. 6, n. 1, 2019.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. O valor do conceito de hegemonia para as relações internacionais. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 2, n. 3, p. 209-232, 2013.

FARIAS, Renan Almeida. Cooperação China–África. **Movendo Ideias** , v. 13, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/584>> Acesso em: 12 out. 2023.

FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **China e Taiwan: evolução das relações interestreito**. 2013. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais. Porto Alegre, p.80. 2013.

FIGUEIREDO, Victor Hugo de Sousa Carvalho. **A disputa do 5G entre China e Estados Unidos: análise de ações americanas contra Huawei por princípios de hegemonia**. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15297>>. Acesso em: 12 out. 2023.

GORITO, Carlos Augusto Cardoso. **As relações Coreia do Sul-China: comércio e desenvolvimento no leste asiático**. 2010. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, p.71. 2010.

GUEDES, Geovana Lustosa. **Relação triangular EUA-China-Taiwan na cadeia de suprimentos globais de semicondutores**. 2022. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Brasília, p. 32. 2022.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo Editorial, 2021.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, 2018.

JABBOUR, Elias. **China: as infra-estruturas como essência do fenômeno**. 26 ed. 2006.

JÚNIOR, Márcio José Oliveira. As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 12, n. 24, p. 122-141, 2013.

JUNQUEIRA, Philipe Alexandre. **A Política Externa Chinesa de Xi Jinping: a contribuição da Iniciativa do Cinturão e Rota para a inserção internacional da China**. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

JÜRGENSEN, Felipe Trevisan; MELLO, Leonardo Freire. Semicondutores, outro salto da China rumo à Complexidade Econômica?. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 429-450, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/76491>>. Acesso em: 12 out. 2023.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX**. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6288>> Acesso em: 12 out. 2023.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O jogo tridimensional: o hard power, o soft power e a interdependência complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, 2016.

MASIERO, Gilmar. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs). **Revista de Economia Política**, v. 26, n 3, p. 425-444. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/LDw3fSVTngXjj4LKkzm58Gr/>> Acesso em: 12 out. 2023

NEVES NETO, Carlos de Castro. A polarização mundial. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 1, n. 13, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v1i13.847. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/847>>. Acesso em: 13 set. 2022.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista Brasileira de Economia Política**. v. 30, p. 201-218, 2010.

OLIVEIRA, Amaury Porto. **China e Japão: Parceiros ou Rivais**. 1995. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/oliveiraparceiros.pdf>>. Acesso: 12 out. 2023.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rosso; BRITO FRANCO, Sâmia. O declínio hegemônico Norte-Americano e a ascensão de um sistema multipolar: sinais que vêm do Oriente. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 10, n. 37, p. 07-16, 2016.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes; ALVES, Rafael Queiroz. A incipiente contra-hegemonia chinesa durante o governo de Xi Jinping (2013-): uma perspectiva da economia política internacional. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 6, n. 9, p. 191-209, 2021.

PENNAFORTE, Charles; SCHIERHOLT, Kásia; BONES, Naiara; A Crescente influência chinesa no cenário global: algumas percepções. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v.4, n. 12, p. 45-48, 2020.

PINTO, Eduardo Costa. A integração econômica entre a China e o Vietnã: a estratégia China *plus one*, investimentos e cadeias globais. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa (org.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p.81-125. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/150918_livro_china_em_transformacao.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023

PINTO, Fernanda Miler Lima. Do NAFTA ao USMCA: inovações e perspectivas. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 158-177, 2021.

PINTO, Paulo A. Pereira. Taiwan: um futuro formoso para a Ilha? Aspectos de segurança e política. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, p. 59-99, 2004.

PIRES, Marcos Cordeiro. A reconstrução da hegemonia da China na Ásia. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011, v. 26, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848753_arquivo_areconstrucao_da_hegemonia_da_china_na_asia.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

RIBEIRO, Sérgio Daniel Teixeira. **Programa Instituto Confúcio: soft power e diplomacia cultural**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial). Universidade do Minho (Portugal). p. 77. 2015.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A economia política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008: interdependência econômica e relações interestatais. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 67, p. 11-37, 2018.

SALDANHA, Ana. **Macau e Hong Kong: de colônias europeias a regiões capitalistas dentro da China**. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/macau-e-hong-kong-de-colonias-europeias-a-regioes-capitalistas-dentro-da-china>>. Acesso: 13 out. 2023.

SCHMIDT, Bianca Ojczenasz. **Soft power e diplomacia cultural como ferramentas de política externa: o caso da ascensão chinesa e o Instituto Confúcio**. 2021. Monografia (Bacharelado em relações internacionais). Universidade de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria, p. 56. 2021.

SILVA JÚNIOR, Valter Angelo da et al. **O poder com características chinesas: o Comprehensive National Power (CNP) da China na era Hu Jintao**. 2017.

SILVA, Adriana Ilha da. Perspectivas históricas e econômicas sobre a saúde na China no século XXI. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, p. 375-389, 2020.

DA SILVA, André Luiz Reis. Depois do muro: crise de hegemonia e multipolaridade no sistema internacional pós-Guerra Fria. **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 1, p. 156-172, 2010. Disponível: <<https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/1976>>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, Jorge Tavares da. A consolidação do poder por Xi Jinping. **Janus 2018-2019-Conjuntura internacional: a dimensão externa da segurança interna**, 2018.

SILVA, Jorge Tavares da. Taiwan e as relações com a China. **Janus 2017-A comunicação mundializada**, 2017.

SILVA, Jorge Tavares. O impulso reformador de Xi Jinping. **Revista Oriente/Ocidente**. p. 62-65. Macau: Instituto Internacional de Macau. 2014.

Sources: ITC calculations based on General Customs Administration of China statistics since January, 2015. ITC calculations based on UN COMTRADE statistics until January, 2015.

SOUZA FERREIRA, Kelly. Conflito do Mar do sul da China e a UNCLOS. **Revista Defesa e Segurança**, v. 2, p. 187-206, 2017. Disponível em: <<https://revistaeletronica.fab.mil.br/index.php/afa/article/view/24>>. Acesso em: 12 out. 2023.

SOUZA WONG, Jackson Thein. A Base Naval Chinesa no Chifre da África como fator de segurança do Projeto da Nova Rota da Seda. **A Defesa Nacional**, v. 106, n. 837, 2018. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/2605/2064>>. Acesso em: 12 out. 2023

SOUZA, José Gilberto; CAMARGO, Felipe Rodrigues. Geopolítica e ideologia: o neoeurasionismo e a questão da quarta teoria. IN. ALVES, F. D., AZEVEDO, S. C., COCA, E. L. F., RUTE, A. (orgs) **A dimensão política no espaço**, v. 37, p. 115, 2019.

SOUZA, José Gilberto; GUIMARÃES, Raul. Pandemia de covid-19: uma análise geopolítica. **Saúde e Sociedade**, v. 30, p. e200649, 2021.

SUGAHARA, Maria Carolina Graciano; DO PRADO, João Augusto Pereira; TIBURCIO, Isabella Pizarro. **A China e o sistema sinocêntrico como parte da transição rumo à multipolaridade: novos desafios geopolíticos no**

sistema-mundo. In: **Anais do XIV ENANPEGE**, 2021, Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77569>>. Acesso em: 12 out. 2023

SUGAHARA, Maria Carolina Graciano; SOUZA, José Gilberto. Os fundos soberanos de riqueza e as novas formas de atuação do Estado: estratégias de investimento e projeções geopolíticas na Ásia. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 39, 2023.

VALE, Sérgio Rodrigo. **Ensaio sobre o papel da economia e das instituições no soft power e no hard power**. 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais. São Paulo, p. 112. 2019